

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**COMPREENSÕES ACERCA DO PROJETO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A
GESTÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BARRA
FUNDA (RS)**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Márcia Castoldi Bosa

**Sarandi, RS, Brasil
2013**

**COMPREENSÕES ACERCA DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM
UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA (RS)**

por

Márcia Castoldi Bosa

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a. Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann

**Sarandi, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**COMPREENSÕES ACERCA DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM UMA
ESCOLA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA (RS)**

elaborada por
Márcia Castoldi Bosa

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann, Ms.
(Presidente/Orientador)

Celso Ilgo Henz, Dr. (UFSM)

Nádia Pedrotti Drabach, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 30 de novembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Ao criador, que dá inteligência, vontade, liberdade e persistência para realizar um bom trabalho em favor do próximo;

Aos familiares que sempre estiveram ao meu lado, aturando, apoiando e incentivando;

Aos professores que ajudam a ampliar horizontes;

Aos colegas, que significam compreensão e amizade.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

COMPREENSÕES ACERCA DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA (RS)

AUTORA: MÁRCIA CASTOLDI BOSA
ORIENTADORA: ANA PAULA DA ROSA CRISTINO ZIMMERMANN
Data e Local da Defesa: Sarandi/RS, 30 de novembro de 2013.

Este estudo analisou o entendimento acerca de Projeto Político-Pedagógico pelos diferentes segmentos da comunidade escolar e como este contribui para a gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS). Foram colaboradores da pesquisa: diretora, coordenadora pedagógica, secretária da escola, funcionário, professores dos anos finais e dos anos iniciais, pais e alunos. Através da abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, as informações obtidas via questionário foram sistematizadas por categorização simples, aproximando-se da análise de conteúdo. Compreendendo os esforços por uma gestão democrática, tem-se o PPP como elemento emancipatório que propicia tal gestão. Nem todos os colaboradores revelam entendimento acerca do PPP e da gestão de escola. Os resultados demonstraram divergência na compreensão acerca destes. Esta divergência se dá, em alguns aspectos conforme o segmento, mas principalmente denotando que a participação efetiva no cotidiano da escola é essencial para a compreensão do papel da instituição em si. Ressalta-se a importância da participação de todos os segmentos da comunidade escolar também na construção do PPP, o que proporciona a efetivação da gestão numa perspectiva democrática. Apesar de ainda não haver a participação de todos, o entendimento de que esta é necessária se revela como ponto importante no processo. Portanto, pode-se concluir que o PPP, sem dúvida, contribui para a gestão. No entanto, se a gestão almejada caracteriza-se como democrática, a construção do PPP requer a participação da comunidade na elaboração tendo em vista a compreensão e comprometimento para sua efetivação.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Gestão Escolar. Participação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

COMPREENSÕES ACERCA DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA (RS)

(UNDERSTANDINGS ABOUT POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT:
CONTRIBUTIONS TO THE MANAGEMENT IN A BARRA FUNDA'S (RS)
MUNICIPAL SCHOOL)

AUTHOR: MÁRCIA CASTOLDI BOSA

ADVISER: ANA PAULA DA ROSA CRISTINO ZIMMERMANN

Data e Local da Defesa: Sarandi/RS, 30 de novembro de 2013.

This study examined the understanding of political pedagogical project by different segments of the school community and how this contributes to the management in a Barra Funda's (RS) Municipal School. Were research collaborators: school principal, educational coordinator, school secretary, employees, teacher of final years and of the early years of the elementary school, parents and students. Through qualitative approach case study, the information obtained via questionnaire were codified by simple categorization, approaching the content analysis. Understanding the efforts for a democratic management, we have the PPP as emancipatory element that provides such management. Not all employees reveal understanding of the PPP and the management school. The results showed divergence in understanding these. This divergence occurs in some respects as the segment, but mostly denoting that effective participation in the school routine is essential for understanding the role of the institution itself. We emphasize the importance of participation by all segments of the school community also in construction of the PPP, which provides effective management in a democratic perspective. Despite not having the participation of all, understanding that this is necessary is revealed as an important issue in the process. Therefore, it can be concluded that the PPP undoubtedly contributes to management. However, if management desired characterized as democratic, the construction of PPP requires community participation in development in view of to understanding and commitment to its concretion.

Key-words: Political Pedagogical Project. School Management. Participation.

LISTA DE SIGLAS

PPP – Projeto Político-Pedagógico
AEE – Atendimento Educacional Especializado
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE – Plano Nacional de Educação
SMEC – Secretária Municipal de Educação e Cultura
UPF – Universidade de Passo Fundo
CEAP – Centro Educacional de Assessoria Popular
CIEP – Centro Integrado de Educação Pública
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LP – Licenciatura Plena
EJA – Educação de Jovens e Adultos
APMs – Associação de Pais e Mestres

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – CARTA DE APRESENTAÇÃO	67
APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	68
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	70
APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS).....	71
APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (PAIS).....	73
APÊNDICE 6 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (ALUNO).....	74

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1 A GESTÃO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO ..	14
1.1 Considerações iniciais: conceituando Gestão Escolar e Projeto Político-Pedagógico	14
1.2 Encaminhamentos Metodológicos	18
1.2.1 Abordagem Metodológica	18
1.2.2 Procedimentos Metodológicos	22
CAPÍTULO 2 PERSPECTIVAS DA GESTÃO ESCOLAR E DO PPP	28
2.1 Gestão Escolar na perspectiva democrática	28
2.2 Projeto Político-Pedagógico como elemento emancipatório.....	33
CAPITULO 3 PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO E GESTÃO ESCOLAR NO ENTENDIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR	37
3.1 Contextualização da escola pesquisada.....	37
3.2 Significações acerca do PPP e a participação da comunidade na sua construção.....	40
3.3 Concepções acerca de Gestão Escolar segundo o PPP da escola e na visão da Comunidade Escolar	48
3.4 Contribuições do PPP para a gestão em uma escola de Barra Funda (RS)	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	62

APRESENTAÇÃO

Remetendo-me a vida escolar em diferentes papéis (aluna, professora, mãe, coordenadora pedagógica) percebo também diferentes concepções sobre a educação e principalmente sobre a função da escola. Buscando rumos seguros que norteiem as ações da gestão escolar diante da construção do Projeto Político-Pedagógico motiva-se este estudo. Também por acreditar que a compreensão acerca de documentos que regem o fazer pedagógico em âmbito escolar, especialmente o Projeto Político-Pedagógico, é essencial quando ensino e aprendizagem de qualidade são almejados.

O chão da escola constitui parte da minha vida na situação de aluna, de professora, de mãe, e até mesmo antes de nascer (como filha de professora).

Através do programa CEAP (creche escola pública), em 1982, ingressei na Escola Estadual de 1º Grau Antônio João Zandoná, hoje Escola Estadual de Educação Básica Antônio João Zandoná, de Barra Funda (RS) onde cursei até a 8ª série. Participei da diretoria do Grêmio Estudantil por dois mandatos. As principais atribuições deste na época eram a promoção de interséries e atividades artísticas sugeridas pela escola.

Concluído o Ensino Fundamental, havia a necessidade de deslocar-se até Sarandi (RS) para cursar o Ensino Médio. Influenciada por familiares, (principalmente tias professoras), iniciei o curso de Habilitação ao Magistério na Escola de 1º e 2º Graus Sarandi (RS), em 1993, com duração de quarenta e dois meses. Nesta etapa, especialmente nos meses de conclusão do curso, percebe-se a responsabilidade da profissão. Nesta modalidade de ensino não constatei participação do alunado em organizações colegiadas e/ou decisões.

Realizada a colação de grau em 1996, no ano seguinte ingressei na rede municipal através de nomeação mediante concurso público, atuando como professora de séries iniciais na Escola Municipal João Batista Rossatto, Barra Funda (RS). Paralelo a isso, trabalhei como professora pelo Cipep Idiomas, Sarandi (RS) com aulas de inglês para crianças de 05 a 12 anos, durante dois anos.

Remetendo o pensamento ao Ensino Superior, muitos cursos atraíam minha atenção (Engenharias, Educação Física, Letras, Matemática), mas devido à

proximidade prestei vestibular na UPF, Curso de Matemática, o qual funcionara como extensão em Carazinho (RS). Em 1997 iniciei o curso, concluindo-o em 2000, sendo a solenidade de formatura em janeiro de 2001.

Considera-se importante citar que a realização do pré-estágio e estágio se deu na Escola Antônio João Zandoná, na qual estudei durante todo o Ensino Fundamental. E que antes mesmo da colação de grau, em 1999, já atuava na referida escola através de contrato emergencial, com as disciplinas de Matemática, Física e Ciências. Em 2002, nomeada como professora na rede estadual através de concurso, assumi a vaga atuando na mesma escola.

A partir desta época aconteceram as primeiras participações, de minha parte, na organização da vida escolar como voz ativa.

No período de setembro de 2001 a março de 2003 cursei Informática Aplicada à Educação, em Passo Fundo (RS), pela Universidade de Passo Fundo, em nível de especialização.

Com a municipalização e centralização das escolas do interior, no ano de 2000 passo a trabalhar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Barra Funda, localizada na sede do município de Barra Funda (RS). Assim, segui a função de professora, com vínculos na rede municipal e na rede estadual de ensino, na cidade onde residia.

No ano de 2008, fora atendida minha solicitação de remanejamento, passando assim a atuar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Albina Capoani Pazini (popularmente conhecida por CIEP), em Sarandi (RS), onde resido atualmente. Então, a jornada de trabalho divide-se em duas escolas: Barra Funda (municipal) e Albina Capoani Pazini (estadual).

Certamente, ao longo desses anos em contato com as escolas, muitas foram as experiências e vivências. Atuando diretamente com os alunos em sala de aula, e tendo como formação Habilitação ao Magistério, Licenciatura Plena – Matemática e Pós-graduação em Informática aplicada à Educação, já trabalhei com turmas multisseriadas, Educação Infantil, Ensino Fundamental (Matemática e Ciências) e Ensino Médio.

Tendo participado de etapas na elaboração do Projeto Político-Pedagógico das escolas em que atuei e verificado modos distintos, tanto na condução desta elaboração como no 'produto' final, é que se remete a reflexão acerca desta temática.

Através de um breve relato, expõem-se algumas constatações:

Em 2000/2001 a elaboração tinha, a meu ver, finalidade burocrática, pois a dinâmica de trabalho nesta construção fora a de grupos, e cada grupo ficara responsável por um item componente do projeto. Lembro-me que o grupo que participei tratava do item Avaliação. Depois de reunidas as produções e registros não houve outras situações que revissem o projeto em questão.

Em 2005, após períodos de formação docente e indagações quanto à aprendizagem, houve alterações na redação do projeto seguindo os itens do anterior. Ainda assim este documento era pouco consultado, deixando transparecer que outros planos nem sempre eram decorrentes e interligados a ele. E ainda necessitando recorrer a documentos oficiais para alguns esclarecimentos.

Em 2008, as duas escolas em que atuo reelaboraram seus projetos. Numa delas a parcela de contribuição do corpo docente fora a leitura e possível sugestão de alteração. Na outra escola, a qual realizara as reelaborações em 2000/2001 e 2005, é que pude visualizar a amplitude do Projeto Político-Pedagógico, e o coletivo de professores constatou a necessidade de analisar os itens contemplados, substituir e acrescentar outros de maior relevância.

Nos anos de 2012/2013 novamente estudamos e avaliamos o PPP, e uma vez mais detectamos informações que possibilitam diferentes interpretações da tendência pedagógica que norteia a ação da escola. Esta reelaboração está em andamento.

Estas experiências aumentaram inquietações. Porém, durante o curso de Pós-graduação em Gestão Educacional (iniciado no segundo semestre de 2012), pela Universidade Federal de Santa Maria, especificamente na disciplina “A construção do Projeto Político-Pedagógico” (em abril e maio de 2013), é que a reflexão sobre a construção do Projeto Político-Pedagógico tornou-se ainda mais provocativa. Além disso, contrastes evidentes diante da construção do Projeto Político-Pedagógico entre uma escola e outra, percebidos principalmente ao exercer a função de coordenadora pedagógica na escola estadual neste ano e também na escola municipal por um período de tempo no ano anterior (suprindo licença gestante).

Partindo dessas vivências e inquietação foi elaborada a monografia intitulada “Compreensões acerca do Projeto Político-Pedagógico: contribuições para a Gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS)”, a qual se estruturou em três capítulos principais. O primeiro capítulo traz as definições iniciais acerca de gestão

escolar e do Projeto Político-Pedagógico, bem como a relação de interdependência entre estes e o percurso metodológico da pesquisa. No segundo capítulo fundamenta-se o referencial teórico relacionado aos elementos básicos para a construção do Projeto Político-Pedagógico e os principais desafios da gestão escolar nesta construção. O terceiro capítulo apresenta a análise das informações de como a comunidade escolar entende o Projeto Político-Pedagógico e quais as contribuições deste para a gestão em uma escola municipal de Barra Funda (RS).

CAPÍTULO 1 A GESTÃO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

1.1 Considerações iniciais: conceituando Gestão Escolar e Projeto Político-Pedagógico

As reformas educacionais iniciadas no Brasil a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, e outros eventos com seus respectivos documentos denotam preocupação com a educação de qualidade e para todos. É difícil constatar a concepção de gestão presente nas políticas internacionais. Com olhar atento e analítico percebe-se que esta não contempla a concepção ampla de gestão, diferentemente da mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial (DOURADO, 2012). A política educacional atual indica aos sistemas de ensino e às escolas formas organizacionais, seguindo a lógica decorrente do financiamento adotado, ou seja, ruma-se conforme ações e programas ofertados e suas exigências (DOURADO, 2012). No entanto, “são necessários esforços que vão além da interpretação do texto das reformas, abarcando o contexto em que se desenvolvem” (OLIVEIRA, 2013, p.1128).

Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007),

[.] a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos [...]. Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula [...] (p.9).

A instituição escolar, compreendida como um espaço onde são construídos, reconstruídos, assimilados e socializados saberes, assume o papel de transformar a sociedade. Para tanto, é imprescindível que as relações que se efetuem neste meio

sejam basilares para o relacionamento fora deste, compreendendo que a gestão escolar numa perspectiva democrática propicia a efetivação da democracia em âmbito mais amplo (DRABACH; MOUSQUER, 2009).

O termo Gestão Escolar emerge das críticas ao modelo de administração da escola, sendo focado, segundo Souza (2006) em escritos de Arroyo (1979), Félix (1985) e Paro (2000).

O termo Administração é tido como vinculado ao autoritário, enquanto que o termo Gestão passa a ser utilizado como superação do autoritário. Desta forma, para Lück (2007), a gestão envolve elementos culturais, políticos e pedagógicos do processo educativo, ou seja, possui sentido e prática mais abrangentes.

Faz-se necessário, mesmo que repetindo, retomar o conceito de gestão, diferenciando-a da administração escolar. A gestão escolar é a geração de um novo modo de administrar uma realidade, e, deve se caracterizar, segundo Paro (1996), pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo. Assim, contendo em si uma dimensão bem diferente daquela que nos foi dada em outras épocas.

No intuito de esclarecer possíveis equívocos acerca da gestão, cabe destacar que gestão escolar não é sinônimo de gestão educacional. Diferenciando, de forma sucinta, pode-se afirmar que a gestão escolar envolve a esfera micro, ou seja, a escola e sua organização. Enquanto que a gestão educacional se dá a nível macro, ao âmbito do(s) sistema(s) educacional(is) (VIEIRA, 2009).

Gestão educacional é o campo de normatizações de leis que gestam a educação no Brasil, abrangendo o processo de articulação nas diferentes instancias educacionais de governo (esferas Federal, Estadual e Municipal). A Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (BRASIL, 1996), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2010) são exemplos de práticas que se referem à gestão educacional.

Por sua vez, a Gestão escolar compreende a normatização a nível de escola, nas esferas pedagógica, administrativa e financeira, em articulação com a comunidade escolar. Exemplificando práticas referentes à gestão escolar pode-se citar o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Plano de Ação.

Há uma mútua articulação entre elas, “a razão de existir da gestão educacional é a escola e o trabalho que nela se realiza” (VIEIRA, 2009, p. 26).

Conforme nos aponta Lück (2007), a consciência sobre gestão ao superar a de administração indica um entendimento de organização educacional que pressupõe participação da sociedade na tomada de decisões. Isso implica em considerar a todos como gestores, tendo maior ou menor grau de envolvimento com a escola, configurando-se a gestão numa perspectiva democrática.

Ao utilizar o termo 'superar' é importante compreender que este não denota o significado de substituir, mas sim o de ampliar a abrangência de dimensões da administração. Concebendo todos os envolvidos com a instituição como gestores, é oportuno enfatizar que a gestão democrática da escola não dispensa uma equipe gestora.

Em caráter abrangente, a gestão escolar engloba, de forma associada, o trabalho da direção escolar, da supervisão ou coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria da escola, considerados participantes da equipe gestora da escola (LÜCK, 2009, p.23).

Tomando esse norte e as demais considerações já mencionadas entende-se por Gestão Escolar, nas palavras de Vieira (2009), como a gestão situada no plano da escola, tratando de atribuições ao âmbito dos estabelecimentos de ensino. Nesta esfera de gestão, ainda conforme Vieira (2009, p. 27) "situam-se professores, alunos e outros membros da comunidade escolar". Dentre esses membros, funcionários da escola, docentes que ocupam cargos diretivos, famílias e comunidade local.

Em se tratando de gestão escolar conseqüentemente tratamos de organização escolar e, apesar da autonomia dos estabelecimentos de ensino, existem parâmetros na legislação.

Acerca da gestão escolar a LDB 9394/96 em seu Art. 12º refere-se à incumbência dos estabelecimentos de ensino em elaborar e executar sua proposta pedagógica. Referindo-se em outro artigo como projeto pedagógico da escola (Art. 14º). Com relação à gestão democrática, este princípio encontra-se definido na LDB (1996), Art. 3º, inciso VIII, e na Constituição Federal (1988), Art.206, inciso VI. O Plano de Ensino se assenta sobre o Projeto Político-Pedagógico e a organização curricular adotada pela escola para o nível de ensino em questão é definida em acordo com as Diretrizes Curriculares nacionais e estaduais (LÜCK, 2009).

Portanto, Projeto Político-Pedagógico (PPP) e gestão escolar possuem interligação, ou melhor, interdependência no que tange a vontade de mudança na educação.

Citando Vasconcellos (2002, p. 16), “um dos pontos mais enfatizados [...] em escolas que estão com problemas de gestão, é a falta de uma linha comum de atuação”. Então, o PPP surge como proposta coletiva de escola.

Antes de se chegar à definição de PPP, Vasconcellos (2002) chama a atenção para as terminologias. Há educadores que questionam o uso da palavra ‘político’, compreendendo que toda a ação pedagógica é também política. Concordando com o autor, ao manter a palavra ‘político’ evitam-se distorções que poderiam restringir o projeto a uma tarefa técnica, na qual a participação na elaboração seja somente de profissionais da área.

Portanto, a reflexão do que seja PPP deve emergir. Gadotti (1994) salienta que ao fazer um projeto estamos nos lançando para frente. Concebendo o Projeto como um planejamento realizado pelas escolas antevendo ações futuras. Nessa direção, Veiga (1998) nos leva a considerar o Projeto como processo permanente de discussão dos problemas da escola, visando a superação de relações competitivas, autoritárias e corporativas, rompendo com o cotidiano burocrático que permeia o contexto escolar.

E, complementando as informações, compreende-se que o Pedagógico trata das práticas educativas, das decisões e ações tomadas conforme a intencionalidade da instituição. Pode ser entendido como a ação que almeja a formação dos indivíduos para uma vida responsável em sociedade.

Então, conforme a própria denominação denota, Projeto Político-Pedagógico envolve planejamento (projeto), posicionamento e intencionalidade (político), ensino e aprendizagem (pedagógico). Nas palavras de Vasconcellos (2002):

O PPP é o plano global da instituição. [...] entendido como a sistematização de um processo de planejamento participativo, que define o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade (VASCONCELLOS, 2002, p. 17).

Complementando a definição, cabe citar Oliveira J. (2013) ao referir-se que o “PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. [...] deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar” (p.02).

Nesta perspectiva considera-se que a escola desempenha uma função social que vai além do repasse de conhecimento, e que o modelo de gestão efetivado afeta diretamente no processo de ensino. Assim, para a definição desta proposta de estudo destacam-se algumas questões significativas: O que se entende por gestão escolar? O que é o Projeto Político-Pedagógico? Que práticas efetuadas no interior da escola evidenciam a gestão escolar numa perspectiva democrática? Como é realizada a construção do Projeto Político-Pedagógico?

Observando que a forma como se efetiva a gestão é um dos pontos-chave para o ensino de qualidade na instituição cabe ressaltar a importância em compreender como esta vem sendo efetuada e suas implicações na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Dessa maneira, apresenta-se como norteadora da presente pesquisa a indagação: “Qual a compreensão da comunidade escolar acerca do Projeto Político-Pedagógico e suas contribuições para a Gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS)?”

A questão inicial encaminhou como objetivo geral: Investigar as compreensões acerca do Projeto Político-Pedagógico e sua contribuição para a Gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS). Sendo definidos como objetivos específicos: a) Analisar as ações praticadas na construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola pesquisada; b) Compreender a concepção de Gestão presente no Projeto Político-Pedagógico da Escola pesquisada; c) Compreender através dos principais segmentos da comunidade escolar (diretora, coordenadora pedagógica, professores, funcionários, pais e alunos) as concepções de gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS); d) Analisar as contribuições do Projeto Político-Pedagógico para a organização e gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS) na visão dos principais segmentos.

1.2 Encaminhamentos Metodológicos

1.2.1 Abordagem Metodológica

As pesquisas ligadas a área educacional encontram-se entre as ciências sociais e as ciências humanas. Conforme Santos (2008), constituem-se em paradigma emergente no que diz respeito à pesquisas. Durante um bom tempo, as ciências físico naturais suprimiram as demais ciências, e as pesquisas seguiam seus padrões metodológicos, perdendo-se significativas contribuições por conta disso.

O uso de diferentes abordagens metodológicas na pesquisa educacional possivelmente está associado às transformações ocorridas no âmbito das relações sociais. Historicamente, as investigações sobre o funcionamento das escolas, sua função e relação com a 'vida social' requereram outras abordagens metodológicas, contribuindo para que a pesquisa qualitativa emergisse. O desenvolvimento da pesquisa educacional, da pesquisa social e da Sociologia da Educação permitiram "delinear o atual estatuto da pesquisa educacional." (VILELA, 2003, p. 434).

Segundo Moreira (2002), a abordagem qualitativa é chamada genericamente de interpretacionismo, por defender as individualidades do ser humano exigindo metodologias diferentes (da abordagem quantitativa) para o estudo, e considerando que o mundo em que se vive é continuamente interpretado.

Desse modo, compreende-se que a pesquisa qualitativa contribui com descobertas, mesmo centrando-se nos significados, ações e relações, e interpretação destes em um determinado contexto.

Apesar de haverem definições por parte de alguns autores, para Vilela (2003) e Goldenberg (1998) não há possibilidade de apresentar uma definição fechada de pesquisa qualitativa. O que afirma, como elemento de aproximação, são algumas de suas características: a) o lugar em que se dá a investigação é o ambiente natural; b) na coleta de dados, o investigador é o elemento mais importante; c) o contexto é fator importante; d) a investigação é descritiva e interpretativa; e) todos os dados são considerados e não se traduzem numericamente; f) a importância centra-se pelo processo de investigação, não pelos resultados; g) os dados não são coletados com o intuito de confirmar ou não hipóteses, são para interpretações; h) os resultados não tem finalidade de generalização, mas de descobrir significados; i) há dialogicidade entre pesquisador e pesquisado.

Lüdke e André (1986) também elencam várias características básicas para uma pesquisa qualitativa, mas consideram a interação do pesquisador com o pesquisado (objeto, contexto) como característica principal.

Ao desenvolver uma pesquisa faz-se necessário optar pelo método que melhor contribua nas respostas do problema ou estudo em questão. Pois, são as opções que fazemos acerca de métodos e instrumentos que norteiam a interpretação dos resultados e possibilitam nossas conclusões (BRANDÃO, 2000).

Assim, em se tratando de pesquisa em educação, tendo a escola como contexto, vê-se como opção metodológica a abordagem qualitativa. Abordagem esta que possibilita além da interpretação, a reflexão acerca das afirmações constatadas, as quais podem ser avaliadas e até redimensionadas, confirmando a ideia de que, em se tratando de relações humanas a relatividade deve ser considerada, além da consciência de que não existe conhecimento definido, nem definitivo (ANDRÉ, 2013; DUARTE, 2002; VILELA 2003).

Posto o assunto central da pesquisa, algumas etapas essenciais nesta abordagem necessitam ser observadas, sendo: seleção e delimitação de colaboradores, situações para coleta de dados e análise das informações (DUARTE, 2002). Uma vez que, conforme alerta Duarte (2002), conhecer certos procedimentos de pesquisa evitam armadilhas mais comuns e advertem das dificuldades.

Ao observar a realidade de uma escola municipal, na qual a relação entre a gestão escolar e o Projeto Político-Pedagógico constitui-se em unidade de interesse constata-se o desenvolvimento de um estudo de caso.

Segundo os subsídios teóricos de Lüdke e André (1986), quando o pesquisador interessa-se por uma situação particular, única, que pode ser semelhante a outras, considera-se estudo de caso, pois devido ao interesse é também distinto.

O estudo de caso muitas vezes é entendido como sinônimo da pesquisa qualitativa, o que se verifica como engano. Em educação, conforme André (2001), o Estudo de Caso é uma estratégia de pesquisa recente e provoca indagações quanto ao entendimento, sendo que a compreensão parcial acerca de um Estudo de Caso pode direcionar equivocadamente uma pesquisa, descaracterizando-a.

Então, esclarecendo de maneira simples, André (2013) se refere à pesquisa qualitativa como abordagem metodológica e o estudo de caso como estratégia de pesquisa, ou seja, um tipo de pesquisa contido na abordagem qualitativa. Portanto, com as devidas elucidações, tem-se no presente projeto um estudo de caso seguindo a abordagem qualitativa de pesquisa.

Há também equívocos no que diz respeito ao Estudo de Caso, considerando esta estratégia a melhor indicada para iniciantes. No entanto, segundo Yin (2005), o estudo de caso compreende um método de pesquisa completo, ou seja, com planejamento, coleta e análise de dados. Podendo incluir casos singulares e até múltiplos, apresentando-se com abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa.

Por se tratar de uma forma particular de estudo e uma escolha do objeto a ser estudado (ANDRÉ, 2005), não significa que a investigação será menos importante ou de fácil execução. Apesar de, nas citações de autores, notar certa influência da metodologia científica do “paradigma dominante” (SANTOS, 2008, p.40-59), não há como discordar que toda pesquisa, na área das ciências físico naturais ou na área das ciências humanas e sociais, necessita rigor metodológico. E o estudo de caso não fica à margem dessa rigorosidade.

Observando constatações de Alves-Mazzotti (2006), percebe-se a preocupação em esclarecer o que pode ser considerado estudo de caso e o que não. No entendimento desta autora um caso é uma unidade específica e o estudo de caso não denota interesse nos métodos de investigação que pode abranger, mas pelo interesse em casos individuais.

No intuito de ampliar a compreensão, com embasamento nas ideias de André (1984), elencam-se algumas características fundamentais do estudo de caso: a) há busca constante de informações diante da possibilidade de novas respostas e novas indagações - descobertas; b) considera-se essencial a interpretação dos dados cuja fonte é o contexto; c) revelam-se diferentes pontos de vista; d) utilizam-se variadas fontes de informação – triangulação; e) generalizações naturalísticas são possíveis; f) a descrição da realidade deve ser completa e profunda; g) os relatórios de pesquisa utilizam linguagem informal.

É importante destacar que o estudo de caso tem um potencial enorme de contribuição aos problemas da prática educacional, ao fornecer informações valiosas que permitem também decisões políticas (ANDRÉ, 2005).

Neste estudo de caso, colaboradores dos principais segmentos da comunidade escolar e o Projeto Político-Pedagógico da escola constituem-se como objeto de estudo e fonte de informações. O pretendido é a análise das informações coletadas proporcionando conhecimento acerca da relevância dada ao Projeto Político-Pedagógico no direcionamento das ações educativas na escola.

1.2.2 Procedimentos Metodológicos

Retomando apontamentos de Duarte (2002) acerca das etapas essenciais da pesquisa qualitativa, abordam-se a seguir cada uma delas juntamente com os procedimentos adotados na realização da mesma.

Em se tratando do assunto central, percebe-se que a forma como o PPP é elaborado na escola interfere na participação de todos os envolvidos com a educação no âmbito escolar, bem como na qualidade do ensino e aprendizagem. Questionar-se e conhecer o papel deste é indispensável, pois amplia a percepção de caminhos possíveis independentemente de políticas de governo ou exigências burocráticas.

Este estudo fundamenta-se nas percepções de uma representação dos sujeitos integrantes da comunidade escolar. Nesse sentido, esta pesquisa teve como campo de inserção uma escola municipal da rede pública de ensino de Barra Funda (RS).

Quanto à seleção e delimitação de colaboradores, participaram da pesquisa a Diretora, a Coordenadora Pedagógica, 1 Professor de Anos Iniciais, 1 Professor de Anos Finais, a Secretária da Escola, 1 Funcionário, 2 Pais de alunos (contemplando anos iniciais e anos finais) e 1 membro representante do Grêmio Estudantil.

Essas pessoas revelam diferentes visões ao exercerem diferentes práticas no ambiente escolar, possibilitando conhecer suas perspectivas acerca da gestão escolar e construção do Projeto Político-Pedagógico.

Para proceder com a coleta de dados, a Escola pesquisada recebeu uma Carta de Apresentação (APÊNDICE 1) na qual foram apresentados os objetivos do estudo. Visando a utilização de informações obtidas nesta pesquisa, faz-se necessário o consentimento dos colaboradores além do da instituição. Então, feito esse contato inicial, foram contatados os colaboradores que após o aceite em participar da coleta de informações, receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE 2). No referido termo, a assinatura concedeu as devidas autorizações no que diz respeito à concordância na utilização das suas informações para o estudo. Por fim, receberam o Termo de Confidencialidade (APÊNDICE 3), no qual a pesquisadora se compromete em preservar a privacidade

das participantes e utilizar as informações coletadas única e exclusivamente para execução do presente trabalho.

Ao se desenvolver pesquisas sabe-se que existe variedade de instrumentos para aquisição de informações e também vários modos de registro das ações aplicadas. A abordagem da pesquisa, os recursos e o tempo disponível interferem na escolha dos instrumentos (DRABACH, 2012). Destacando que o fator tempo é limitado, para este estudo de caso a coleta de informações se deu através de questionário, o qual rende muitas informações sem necessariamente longos períodos de tempo.

Esse instrumento caracteriza-se por utilizar um grupo representativo da população em estudo. Atentando-se aos cuidados com linguagem, clareza, formatação, dentre as possibilidades de apresentação, opta-se por questões abertas.

Desta forma, a pesquisa foi realizada através de questionário semiestruturado, organizado a partir dos objetivos específicos, com perguntas abertas. Sendo um questionário para os profissionais da escola, com oito questões (APÊNDICE 4), e um questionário para pais e alunos com seis questões (APÊNDICE 5 e APÊNDICE 6).

Nossa; Teixeira; Fiorio (2007), concordando com Gil (1995) definem questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Já para Marconi e Lakatos (2003), questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

Esses últimos conceitos enfatizam a importância do questionário nas pesquisas. E também, indiretamente ressaltam as contribuições deste instrumento na pesquisa em questão, uma vez que permite o acesso a informações e sujeitos sem condicionantes temporais, bem como a liberdade dos sujeitos em expressar sua opinião sem sentirem-se pressionados na presença do pesquisador.

Como outros instrumentos de coleta de dados, o questionário apresenta vantagens e desvantagens. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), As vantagens são: economia de tempo e pessoal; atinge maior numero de pessoas e área; rapidez, liberdade e segurança nas respostas; menos risco de distorção e amplo acesso a informações. As desvantagens são: retorno de poucos, limita-se a alfabetizados, a incompreensão de questões interferem na resposta, uma questão pode influenciar a seguinte, ocorre devolução tardia, nem sempre é respondido pelo sujeito escolhido. Analisando as desvantagens e considerando os sujeitos colaboradores da pesquisa acredita-se que muitas delas não consistem em obstáculo.

Ao fazer uma análise do PPP da escola verifica-se a importância em elucidar informações acerca da pesquisa documental. Mencionando a pesquisa documental, sabe-se da sua proximidade com a pesquisa bibliográfica (OLIVEIRA, 2007) por tratar da análise de documentos. Porém, a natureza das fontes é fator diferencial entre elas. De acordo com Oliveira (2007), a pesquisa documental recorre a fontes primárias e a pesquisa bibliográfica a fontes secundárias para o estudo. Procurando ser mais precisa,

[...] a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação (OLIVEIRA, 2007, p.69).

A pesquisa bibliográfica envolve informações que receberam tratamento científico, ou seja, já foram trabalhadas por outros estudiosos e constituem-se em produções reconhecidas cientificamente (OLIVEIRA, 2007).

Os pesquisadores, ao fazerem referência quanto ao uso de documentos em estudos científicos utilizam terminologias como pesquisa, método, técnica e análise. O que muitas vezes confunde estudantes e leitores quanto às denominações. Ao tratar do conceito e papel da metodologia nas pesquisas em ciências sociais, o posicionamento de Minayo (2008) trata a questão com enfoque plural: a “metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador” (MINAYO, 2008, p. 22). Diante desse posicionamento entende-se que ao proceder com a utilização de métodos e técnicas para compreender e analisar documentos estamos realizando pesquisa documental.

Sabe-se que a opção pela pesquisa documental implica na escolha de uma metodologia que é “pouco explorada não só na área de educação como em outras áreas das ciências sociais” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.38). Porém, as informações possíveis de se extrair em documentos possibilitam reflexão acerca da compreensão obtida sobre um determinado assunto/tema em diferentes contextos (por exemplo: contexto de construção, contexto de utilização).

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador das ciências sociais. [...], pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Considerando as fontes de informação, “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p.70). O conceito de documento abrange mais que textos escritos, mas, no estudo em questão a análise documental procedeu com o texto escrito/impresso. O documento estudado (fonte primária) pode fornecer informações fragmentadas, parciais e de difícil compreensão. Este, ao passar pela análise do pesquisador, não será complementado nem alterado, considerando-se necessários alguns pontos norteadores para o estudo, consistindo em uma avaliação da documentação em questão. Tal avaliação, considerada por Cellard (2008) como primeira etapa de toda análise documental, se aplica em cinco dimensões.

A primeira trata do contexto no qual fora produzido o documento. Conhecer a realidade e época proporciona ao pesquisador detectar singularidades e direcionar interpretações conforme o contexto histórico de sua elaboração.

A segunda e terceira dimensões dizem respeito ao autor (ou autores) e à autenticidade e confiabilidade do texto, respectivamente. Segundo Cellard (2008) parece ser “bem difícil compreender os interesses (confessos ou não!) de um texto, quando se ignora tudo sobre aquele ou aqueles que se manifestam, suas razões e as daqueles a quem se dirigem” (p.300). A credibilidade, a visão diante de alguns fatos, o posicionamento e outras questões tornam-se possíveis de analisar mediante

a identificação do(s) autor(es), procedência do documento e relação entre o autor e o registrado. Destaca-se a importância em certificar-se acerca da “qualidade da informação transmitida” (CELLARD, 2008, p.301). O que se revela possível ao apropriar-se de informações preliminares acerca do texto (documento) propriamente dito.

A dimensão seguinte, denominada Natureza do texto, traz a importância do pesquisador em estar ciente da origem do texto. O meio onde o material se originou interfere na sua estrutura, na amplitude dada pelo autor e na interpretação das entrelinhas. Parafraseando Cellard (2008), entende-se que as diferentes estruturas de um documento são mais bem compreendidas pelo leitor se identificada sua natureza.

A quinta dimensão dá ênfase aos conceitos-chave e lógica interna do texto. Dedicando atenção aos conceitos-chave se delimita com maior adequação o foco de estudo, adquirindo propriedade para avaliar seu sentido e relevância. Examinando a lógica interna do texto há possibilidade de apoiar-se na contextualização para entender o desenvolvimento dos argumentos e partes centrais desta argumentação.

Utilizando estes critérios (ou outros) para avaliar documentos o pesquisador está apto para fazer a seleção daqueles que considera significativos em seu estudo. No entanto, verifica-se que a situação posta neste trabalho dispensa a seleção de documentos uma vez que o pretendido é estudar um documento específico: o PPP de uma escola.

Ainda assim, tendo selecionado o documento, faz-se a análise preliminar segundo as dimensões anteriormente citadas. May (2004) afirma que documentos isolados não existem, e que seu conteúdo será entendido na medida em que forem situados em uma estrutura teórica.

A seleção e análise preliminar precede a análise dos dados, onde o pesquisador reúne as informações preliminares e as sintetiza com o texto, interpretando, reelaborando conhecimentos, criando formas de compreensão e inferindo, conforme possibilidades. Para análise dos dados recorre-se para a análise do conteúdo, categorizando o(s) assunto(s) segundo temas emergentes do questionário, os quais refletem o propósito da pesquisa. Ciente das diferentes formas de registro, inicialmente faz-se apontamentos no próprio documento para posteriormente organizá-los através de texto.

Considerando os objetivos da pesquisa, a análise do PPP constitui-se como instrumento metodológico complementar. Visto que se considera essencialmente importante compreender vivências passadas e a partir delas reconstruir dados que conduzam a conclusões e posteriores inferências.

Definidos os instrumentos para obtenção de informações, no caso um questionário e o PPP, a etapa seguinte é a análise das informações. Permitindo o foco em dados relevantes, organizaram-se as informações por meio de categorização simples, aproximada da metodologia da análise de conteúdo.

Como coloca Moraes (1999), a categorização é uma operação de classificação, onde, seguindo determinados critérios, os elementos são agrupados em categorias. Assim, de posse dos questionários já aplicados, fez-se a categorização, a qual possibilitou melhor análise das informações e maior aproveitamento do tempo também. As categorias representam o resultado de um esforço de síntese das informações, destacando aspectos mais importantes. Nesse sentido, foram consideradas como categorias a priori desta monografia o “Projeto Político-Pedagógico” e a “Gestão Escolar”.

A análise de conteúdo enquanto método torna-se, para Bardin (2009), um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Concordando, Moraes (1999), define a análise de conteúdo como uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis.

Sendo assim, o método de interpretação das informações foi composto pela pré-análise (organização do material), formulação das categorias “a priori” da pesquisa que são Gestão Escolar e Projeto Político-Pedagógico. A seguir, a interpretação das informações, com a problematização do que foi apresentado pelos autores, discutido através das vivências da pesquisadora e do referencial teórico. Para finalizar, as questões surgidas a partir do estudo (BARDIN, 2009).

Seguindo os procedimentos metodológicos mencionados pretende-se analisar as concepções acerca da Gestão Escolar e do Projeto Político-Pedagógico, especialmente em sua construção. Não descartando conseqüentemente as informações acerca de sua concretização.

CAPÍTULO 2 PERSPECTIVAS DA GESTÃO ESCOLAR E DO PPP

2.1 Gestão Escolar na perspectiva democrática

A atual sociedade, denominada por muitos como sociedade do conhecimento devido à globalização e multiculturalismo proporcionados pelo crescente uso de tecnologias, especialmente as de informática e comunicação, dimensiona as relações sociais. Perante essa realidade, o papel dos profissionais e demais envolvidos com o meio escolar evidencia-se em maior amplitude, e a escola defronta-se com a necessidade de avaliar suas funções e redimensionar ações visando melhoria (GANDIN; GANDIN, 1999).

É principalmente através da escola que a educação almejada pela sociedade se efetiva. A instituição escolar, com seu projeto educativo, vem efetuando mudanças diante das novas exigências da sociedade. E não há como referir-se às mudanças do meio escolar sem mencionar a gestão escolar.

São muitas as informações que nos remetem ao significado acerca de Gestão Escolar, tanto em sentido amplo, abrangendo a visão no contexto educacional nacional, global, como em sentido restrito, abrangendo os estabelecimentos de ensino.

Para Oliveira (2010, p. 139), a explicação para o termo Gestão Escolar está relacionada às mudanças na prática cotidiana da escola repercutindo no campo da Administração Escolar, a partir das reformas iniciadas nos anos de 1980 e aprofundadas nos 1990. Segundo a autora, o percebido é que o termo 'gestão' é mais amplo que 'administração'. Assim, a gestão implica participação, princípios, opiniões (política). Oliveira (2010) também destaca que o termo 'escolar' vai sendo substituído pelo 'educacional', compreendendo que a educação se dá em diversos meios, não somente na escola.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), os processos de gestão escolar assumem maneiras distintas de atuação seguindo concepções políticas educacionais. Com base em estudos sobre organização e gestão escolar, este autor apresenta diferentes modos acerca das relações de poder que compõe a gestão:

concepção técnico-científica (baseada numa perspectiva burocrática e tecnicista de escola, com poder centralizado na figura do diretor), autogestionária (sugerindo responsabilidade coletiva, recusa normas e sistemas de controle), interpretativa (visualizando práticas organizacionais fundamentadas em experiências subjetivas e interações sociais), e democrático-participativa (enfocando responsabilidade coletiva numa relação mediadora dos princípios básicos e interações sociais). Para o autor, a concepção de gestão escolar encontra-se refletida em sua organização abrangendo sistemas e estabelecimentos de ensino.

Observando a LDB 9394/96, o termo gestão escolar refere-se à forma instituída de regulamentar ou de orientar ações no interior do universo escolar. Esta gestão envolve a gestão pedagógica, gestão de recursos humanos e gestão administrativa.

Para efeitos deste estudo, é importante identificar a distinção entre Gestão Escolar e outras, mesmo de forma breve. Assim, com embasamento em Oliveira, Moraes e Dourado (2013), entende-se:

a) Gestão da educação como o processo político-administrativo contextualizado, por meio do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada;

b) Gestão de sistema educacional como ordenamento normativo e jurídico e a vinculação de instituições sociais por meio de diretrizes comuns;

c) Gestão da escola pública tratando-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos seus diferentes aspectos. Com finalidade de transparência e visando a educação como processo;

d) Gestão educacional sendo o campo de normatizações de leis que gestam a educação no Brasil, abrangendo o processo de articulação nas diferentes instâncias educacionais de governo (esferas Federal, Estadual e Municipal);

e) Gestão escolar compreendendo a normatização a nível de escola, nas esferas pedagógica, administrativa e financeira, em articulação com a comunidade escolar.

Para dar continuidade às considerações acerca da Gestão Escolar, faz-se necessário esclarecer que a gestão escolar referida neste capítulo, daqui por diante, diz respeito aos estabelecimentos de ensino, ou seja, a escola propriamente dita. Para tanto, questionar-se sobre **quem** e **o quê** encontra-se envolvido com a referida

gestão contribui na busca de informações e conseqüentemente na compreensão acerca desta.

A Gestão Escolar como área de atuação na educação destina-se ao trabalho de organização, liderança, planejamento, orientação, e avaliação, dentre outros. Sendo caracterizada pela atuação de um indivíduo e equipe auxiliar. A Gestão Escolar em caráter abrangente e segundo o princípio de gestão democrática pressupõe participação de alunos, pais, professores, funcionários e equipe gestora (LÜCK, 2009).

À equipe gestora, composta pelo diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, supervisores, orientadores educacionais e secretários de escola, cabe a responsabilidade pela “organização e orientação administrativa e pedagógica da escola” (LÜCK, 2009, p. 19-23). O diretor de escola tem destaque nessa equipe.

[...] é o profissional a quem compete a liderança e a organização do trabalho de todos que nela atuam, de modo a orientá-los no desenvolvimento de ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e formação dos alunos, no nível mais elevado possível, de modo que estejam capacitados a enfrentar os novos desafios que são apresentados. (LÜCK, 2009, p. 17).

Diante de inúmeras colocações acerca da escolha do diretor de escola, constata-se que a ‘indicação’ não é fator decisivo para a gestão democrática ou não. O que interfere principalmente é a forma como as responsabilidades são encaradas. Havendo divisão de trabalho é revelada a superficialidade e fragmentação das ações pedagógicas. Tendo compartilhamento e regime de co-liderança o diretor, “responsável maior pela gestão”, demonstra o foco de sua atuação: zelar pela escola como um todo (LÜCK, 2009, p. 23).

Na referida gestão, em que responsabilidades são compartilhadas, a participação dos segmentos da comunidade escolar são essenciais, especialmente na avaliação e (re)direcionamento de ações. Conciliar conflitos, mediar possibilidades e buscar a concretização das intencionalidades da escola, além de constituírem características de gestores, são meios que promovem a aprendizagem não só do corpo discente.

Quando Lück (2009, p. 21) afirma que “professores bem informados e bem formados são fundamentais para a orientação competente de seus alunos”, nos

reporta ao profissional que, ao atuar diretamente com o aluno apresenta condições de gerir a prática pedagógica nas atividades de aula. Assim, o professor contribui com ações de gestão, uma vez que a filosofia das escolas, diretamente ou não, almeja qualidade do ensino e aprendizagem visando cidadania e inserção no trabalho.

Citando o segmento alunos, “pessoas para quem a escola existe e para quem deve voltar suas ações” (LÜCK, 2009, p. 21), menciona-se também o segmento pais e comunidade onde a escola se encontra inserida. Segundo a concepção democrática de gestão escolar, a participação destes também implica em qualidade. Opinar sobre rumos da escola possibilita a estes verem-la como espaço promotor do que se almeja enquanto sociedade e cidadão.

Todas as pessoas que atuam na escola são consideradas, de certa forma, educadores. Assim, os funcionários de escola contribuem significativamente com o trabalho educativo. O ensino e a aprendizagem não ocorrem em espaços e tempos definidos, bem como não dependem de profissional específico. Envolver os funcionários no Projeto Político-Pedagógico da escola propicia sua inserção na equipe escolar, e conseqüentemente envolvimento nas ações propostas (LÜCK, 2009, p. 22).

Até o momento, as informações giraram em torno de **quem** são os envolvidos com a Gestão Escolar nos estabelecimentos de ensino. Fica evidente que, primeiramente o envolvimento se dá a nível local e contemplando os diversos segmentos da comunidade escolar, caracterizando a gestão numa perspectiva democrática.

Certamente, ao observar as definições dos termos, temos que gestão escolar é o ato de gerir o que é relativo à escola. O que a princípio parece simples envolve, segundo Lück (2009) áreas de organização e implementação, e estas áreas, para efeitos de estudo podem ser organizadas em dimensões.

A área que diz respeito à organização apresenta quatro dimensões: Fundamentos e princípios da educação e da gestão escolar; Planejamento e organização do trabalho escolar; Monitoramento de processos e avaliação institucional e Gestão de resultados educacionais. Essas dimensões, as quais envolvem fundamentação conceitual e legal da educação, visam alicerçar a implementação dos objetivos educacionais e da gestão escolar. (LÜCK, 2009).

A área de implementação compreende seis dimensões: gestão democrática e participativa; gestão de pessoas; gestão pedagógica; gestão administrativa; gestões da cultura escolar e gestão do cotidiano escolar. Todas elas “desempenhadas com a finalidade de promover, diretamente, mudanças e transformações no contexto escolar” (LÜCK, 2009, p. 26).

Cabe ressaltar, que as dimensões são apresentadas separadamente para efeitos de estudo. Lück (2009) afirma que estas são inter-relacionadas e interdependentes, sendo que cada uma delas, num processo global de gestão, denota importância.

Com esses apontamentos nos situamos diante do **quê** envolve a gestão escolar. Assim, percebem-se a amplitude e abrangência desta, sendo seu significado muito bem colocado por Lück quando afirma que:

A gestão escolar constitui uma dimensão de atuação em educação, que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento. (LÜCK, 2009, p. 24).

A escola como instituição social deve ser administrada a partir de suas especificidades, ou seja, a escola é uma organização social dotada de responsabilidades e particularidades que dizem respeito à formação humana por meio de práticas políticas, sociais e pedagógicas. É segundo este norte que estrutura-se o conceito de gestão escolar.

Uma gestão baseada em fundamentos democráticos propicia uma educação democrática. Ferreira (2011) aponta que a gestão escolar destacada através da LDB 9394/96 permite flexibilidade às ações ora estabelecidas proporcionando autonomia frente aos interesses e necessidades advindas do cotidiano escolar.

A gestão escolar voltada para a transformação social contrapõe-se à centralização do poder na instituição escolar e nas demais organizações, primando pela participação dos estudantes, funcionários, professores, pais e comunidade local na gestão da escola e na luta pela superação da forma desigual como a sociedade está organizada.

2.2 Projeto Político-Pedagógico como elemento emancipatório

Devido a mudanças diversas (econômica, industrial, social,...) na sociedade exige-se uma redefinição do papel das escolas, sendo que a 'filosofia da escola' e o 'regimento' passam a ser vistos como insuficientes para gerir o cotidiano configurado pela conquista de direitos e crescimento da vontade de participação. Assim emerge a necessidade da criação de instrumentos novos para gerir o cotidiano da escola. É neste contexto que o PPP se constitui como necessidade aos educadores e instituições de ensino. (VASCONCELLOS, 2002).

Muitas são as denominações interpretadas como PPP: projeto educativo, projeto pedagógico, proposta pedagógica, plano global.

São denominações diferenciadas para designar o mesmo sentido de estabelecer uma visão de conjunto e direção ao processo pedagógico intencional a ser promovido na escola, mediante a contribuição de seus professores e demais membros da comunidade escolar. (LÜCK, 2009, p.38).

O que diferencia um PPP não é a denominação, mas a finalidade e intencionalidade deste planejamento. Dessa forma, o PPP ultrapassa a visão de plano que propõe instrumentos para que ideias sejam postas em ação (GANDIN; GANDIN, 1999).

A escola, diante do PPP, precisa de instrumentos eficazes para promover as ideias e precisa planejar ações capazes de intervir na realidade para não ficar apenas no campo das ideias, sendo que estas se apresentam com intencionalidade e posicionamento delineados. Portanto, a escola deve ter clareza de que o PPP é mais que uma filosofia educacional. É um planejamento que necessita observar como aspectos essenciais: o rumo, os caminhos e a avaliação (diagnostica e processual) da prática (GANDIN; GANDIN, 1999).

Neste sentido, Vasconcellos (2002) aponta como finalidades do PPP: resgate da intencionalidade da ação (ressignificação do trabalho); ser instrumento de transformação da realidade; potencializar a ação conjunta (por uma causa comum); superar o caráter fragmentário das práticas; repensar esforços e recursos; ser um

canal de participação efetiva (superar práticas autoritárias, imposições, vontades individuais); aumentar o grau de realização do trabalho; avançar na autonomia pelo fortalecimento de grupo; colaborar na formação dos envolvidos.

Além das finalidades, há características e dimensões básicas que, conforme Vasconcellos (2002) constituem aspectos relevantes para a não redução do PPP à sua simples confecção. As características referem-se à abrangência, duração, participação e concretização, sendo que as palavras amplo, longa, coletivo e processual as definem, respectivamente. As dimensões, possivelmente aparecendo com diferentes denominações, são: diagnóstico, objetivo, estratégia, prática e avaliação.

Atentando-se para a finalidade, dimensões básicas e características, o PPP “deve expressar de maneira simples (o que não significa dizer simplista) as opções, os compromissos, a visão de mundo e as tarefas assumidas pelo grupo [...]” (VASCONCELLOS, 2002, p.25).

Ressalta-se a importância da construção coletiva, envolvendo a comunidade escolar. “O texto que vai surgir talvez não tenha o mesmo brilho de um outro produzido por um pequeno grupo, todavia, manifesta a realidade do grupo naquele momento” (VASCONCELLOS, 2002, p.25).

Conforme nos aponta Lück (2009), o PPP tem como foco o aluno (aprendizagem e formação) e a organização do processo pedagógico em função deste. O Projeto Político-Pedagógico:

[...] tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola. [...] é ele que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização, e através disto permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade, e mesmo com órgãos dirigentes. (VASCONCELLOS, 2002, p.21).

Nessa perspectiva, segundo Veiga (2002), o PPP deve ser construído a partir da realidade (com desafios e problemas), elaborado de forma participativa, corresponder à organização plena dos aspectos educacionais, estar comprometido com a formação do cidadão, ser revisado e avaliado freqüentemente e corresponder a uma ação articulada da comunidade escolar.

A participação de todos na construção do PPP viabiliza a prática da educação democrática, a qual é vista como alternativa na melhoria das condições de vida das pessoas. Gandin e Gandin observam que

[...] quando as pessoas – e as instituições – organizam e decidem sua prática, para, de alguma forma, intervir na realidade, utilizam um esquema-padrão de pensamento. Nas ações com resultados satisfatórios, há uma constância na seqüência dos passos que são vividos. (GANDIN; GANDIN, 1999, p.27).

Tomando essa afirmação pode-se constatar que o PPP pode, em um primeiro momento, não contemplar todos os anseios da comunidade escolar, mas, por ser um planejamento processual e sujeito a avaliação contínua, as revisões e reelaborações tendem a contribuir significativamente neste e em outros aspectos (diagnóstico local, planejamento curricular).

Contribuindo, Gadotti (2000) apresenta algumas condições “facilitadoras” para que o PPP seja bem sucedido: comunicação eficiente; adesão voluntária e consciente, bem como ambiente agradável; suporte institucional e financeiro; acompanhamento e avaliação; credibilidade; bom referencial teórico.

Analisando essas condições observa-se que a mobilização da comunidade escolar faz-se necessária. “A construção do PPP requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.” (VEIGA, 1995, p. 12-33).

Do exposto, destaca-se o papel da equipe gestora na construção e efetivação de um PPP emancipatório. Para Veiga (2004), a **construção** de um projeto significa mudança e transformação na forma de organização do processo de trabalho pedagógico e na gestão exercida.

Além de caracterizar-se pela organização pedagógica com participação consciente da comunidade escolar, o PPP traduz-se como elemento de integração entre os segmentos escolares. Nesse aspecto, torna-se oportuno citar Libâneo quando observa que

O PPP representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos que se propõem. (LIBÂNEO, 2001, p.133).

A abordagem do PPP como organização do trabalho da escola em regime de co-participação e responsabilização não visa uma reestruturação formal da escola simplesmente. O papel da escola está diretamente relacionado com a organização da sociedade e o PPP visa a qualidade da aprendizagem, do ensino, das relações, interferindo, inclusive, na qualidade de vida dos indivíduos.

CAPITULO 3 PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO E GESTÃO ESCOLAR NO ENTENDIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR

3.1 Contextualização da escola pesquisada

Barra Funda localiza-se ao norte do estado do Rio Grande do Sul, a 360 km da capital Porto Alegre. O município possui uma área aproximada de 60 km², população de 2.367 habitantes (IBGE, 2013) e dezenove (19) anos de emancipação político-administrativa, comemorada aos 24 de março.

Apresenta um potencial econômico formado por pequenos agricultores, que nesta atividade encontram seu sustento, lojas (comércio), pequenas indústrias familiares e uma (1) grande indústria, a Fonte Sarandi, principal geradora de empregos. Com esta conjuntura, ainda percebem-se alguns raros casos de desemprego e baixa renda. Conforme informações fornecidas através da ficha de matrícula, pode-se considerar que o nível socioeconômico da comunidade escolar é médio baixo.

A educação do município é formada por três (3) escolas, todas localizadas na sede. Uma é de responsabilidade do Poder Público Estadual e oferece a Educação Básica. As outras são de responsabilidade do Poder Público Municipal, sendo uma de Educação Infantil e a outra, a qual é referida neste estudo, de Ensino Fundamental.

A escola pesquisada, a qual segue denominada como Escola A, originou-se dos processos de Municipalização e centralização das pequenas escolas de algumas comunidades do interior do município e encontra-se situada na sede do município desde o ano de 2001.

O ensino fundamental de nove anos vem sendo implantado progressivamente desde 2007, a partir da Lei Federal 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2007). Atualmente existem as turmas do 1^o ao 5^o ano no turno da tarde e, do 6^o e 7^o ano, 7^a e 8^a série, no turno da manhã. Também atende a 07 alunos na Sala de Recursos Multifuncional.

Considerando sua localização, na sede do Município de Barra Funda (RS), é uma escola urbana. No entanto, ao verificar características do município (área, número de habitantes, agricultura como base econômica, uma indústria), este pode ser considerado como localidade rural, e sendo assim a escola também apresenta características peculiares do meio rural.

A maioria dos alunos são filhos de pequenos agricultores e operários, provenientes da sede, de (9) nove comunidades (Santa Lúcia, Cabrito, Carijo, Encantado, Agusso (Santo Antônio e São José), Ervalzinho (Auxiliadora e Caravaggio), Pingo) e de (3) três bairros do município (Navegantes, 1º de Maio e Aparecida). A descendência prevalecente é a etnia italiana, seguida da alemã, afro descendente e outra (mistura de etnias).

No ano letivo de 2013, possui um total de 135 alunos matriculados nos dois turnos de atendimento, sendo 79 nas séries iniciais e 58 nas séries finais. Conta com 18 professores: cinco atuando com as turmas de 1º ao 5º ano, sete com as turmas de 6º e 7º ano, 7ª e 8ª série, uma na Sala de Recursos Multifuncional, uma na sala de reforço, uma como diretora, uma vice-diretora, duas coordenadoras pedagógicas (uma de séries iniciais e uma de séries finais). O quadro de recursos humanos é integrado por 7 funcionários: uma secretária, um bibliotecário, um auxiliar de serviços escolares, três serventes e um responsável pelo laboratório de informática. Conta também com o atendimento de psicóloga (4 horas semanais), professor de música (3h semanais) nutricionista (esporadicamente) e dentista (aproximadamente uma visita trimestral). Dentre os recursos humanos nota-se que a maioria dos educadores possui formação acadêmica que abrange cursos de graduação e especialização.

O prédio escolar é constituído de três (3) blocos de alvenaria, em boas condições, comportando cinco (5) salas de aula climatizadas, uma (1) cozinha e refeitório compartilhando o mesmo espaço, um (1) laboratório de informática com (19) computadores e acesso a internet, um (1) laboratório de ciências não totalmente equipado, um (1) salão de atos, uma (1) biblioteca, uma (1) sala de professores com um banheiro, secretaria comportando a sala de direção, um banheiro e secretaria propriamente dita, há quatro (4) computadores para o setor administrativo, uma (1) sala de coordenação, uma (1) sala de psicóloga, uma (1) sala de recursos Multifuncional tipo I, uma (1) sala para aulas de reforço, um (1) depósito, uma (1) lavanderia, banheiros coletivos: Masculino e Feminino. Além destes, conta também

com quadra coberta, pátio interno gramado, caixa de areia e pracinha. Também, integrado a estes espaços, há a “Brizoleta”, uma escola de madeira tombada como patrimônio cultural, localizada junto à escola. O ambiente é limpo, iluminado e ventilado. O prédio e os móveis possuem boa conservação, sendo realizadas manutenções periódicas.

O funcionamento da escola compreende os turnos matutino e vespertino para as aulas com o corpo discente e noturno para a formação do corpo docente. Sendo as turmas de séries finais no turno da manhã (7h40min às 11h40min), as séries iniciais no turno da tarde (13h às 17h) e o grupo de docentes, nos encontros de formação semanal, no período noturno (17h15min às 19h15min, quartas-feiras).

Para os alunos da sala de Recursos Multifuncional, os quais mediante avaliação da psicóloga e encaminhamento do neurologista apresentarem parecer neurológico, há atendimento no turno inverso (de uma a duas horas semanais), e também no turno corrente, dependendo a situação. São oferecidas aulas de reforço (no turno inverso, de uma a duas horas semanal) para aqueles que não apresentam parecer neurológico, mas revelam dificuldades de aprendizagem.

Optou-se neste trabalho pesquisar a Escola A devido à constante revisão do seu Projeto Político-Pedagógico, a qual ocorre anualmente, após período considerável destinado à sua elaboração.

Os membros da comunidade escolar que colaboraram com essa pesquisa receberam um questionário, sendo que, o destinado aos pais e alunos se difere daquele entregue aos profissionais da escola. Os colaboradores envolvem a equipe diretiva, professores de séries finais e de séries iniciais (identificados ao longo da pesquisa como PS1, PS2, PS3 e PS4), funcionários da escola (F1 e F2, secretária da escola e servente, respectivamente), pais (P1 e P2) e um aluno (G).

Seguem breves descrições dos profissionais que participaram desta pesquisa: PS1 é graduada em Matemática – Licenciatura Plena (LP) e possui Mestrado em Educação, atua na rede municipal desde 2002, PS2 é graduada em Matemática – LP e possui Especialização em Física, atua na rede municipal desde 2002; PS3 é graduada em História – LP e possui Especialização em Administração, Supervisão e Orientação Escolar, atua na rede municipal desde 1997; PS4 é graduada em Pedagogia – Anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil e possui Especialização em Informática Aplicada à Educação, atua na rede municipal desde 2012; F1 está cursando Pedagogia – Anos Iniciais do Ensino Fundamental,

Educação Infantil, EJA e Gestão Escolar, atua na rede municipal desde 1996, F2 possui Ensino Médio e atua na rede municipal desde 2012.

Quanto aos demais colaboradores sabe-se que P1 é Enfermeira e possui Ensino Superior, P2 é Do Lar e está cursando Ensino Superior, e G é aluno das séries finais e membro do Grêmio Estudantil.

Os questionários foram aplicados com o intuito principal de verificar compreensões acerca do PPP e sua contribuição para a gestão e organização da escola. A partir destes, através das respostas, foram estabelecidas categorias para análise das temáticas, as quais são abordadas nos itens seguintes.

3.2 Significações acerca do PPP e a participação da comunidade na sua construção

O PPP é fundamental para a escola no momento em que é concebido como elemento basilar para as ações e direções do estabelecimento, primando sempre para a educação de qualidade. Se este é visto como exigência burocrática e até mesmo, se for desconhecido pela comunidade escolar perde seu sentido.

Sabe-se, concordando com Vieira (2001), que ao longo da história tivemos uma tradição de cunho centralizado no que se refere à gestão. Esse fato conseqüentemente reflete-se também no interior da própria escola.

No entanto, novos rumos são colocados em pauta atualmente evidenciando que a escola deve preocupar-se com a comunidade na qual se encontra inserida e por isso planejar seu trabalho contemplando anseios e necessidades dos envolvidos. Para tanto, a ação coletiva torna-se indispensável e a participação é caminho para que esta se fortaleça. Neste viés, apresenta-se como canal o PPP e sua construção.

Ao analisar as ações praticadas na construção do PPP da Escola A, sendo este um dos objetivos do estudo realizado, percebe-se, dentre os colaboradores, que o entendimento do que seja o PPP revelou divergência entre os segmentos.

Quando PS3 (2013) afirma que “é o documento que consta tudo sobre a organização funcional escolar” retrata que este é considerado um documento

norteador da organização da escola, traduzindo o entendimento dos professores colaboradores, destacando a categoria “documento”.

O PPP da Escola A contempla em sua estrutura os itens: diagnóstico (global e local), fundamentação teórica, organização do trabalho na instituição, currículo, metodologia (temas geradores), planejamento, gestão escolar, avaliação, ações complementares, organização administrativa, referencias e anexos. (PPP, ESCOLA A, 2013).

Considerando o PPP da Escola A e a visão como “documento” acredita-se que alguns itens são mais conhecidos pelo segmento professores, especialmente aqueles que direcionam o trabalho em sala de aula e a organização da escola.

P1(2013) refere-se que PPP:

São propostas de ação concreta a executar durante um período de tempo num espaço (escola) de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos onde neste espaço se organiza as atividades e os projetos educativos necessários para o ensino e aprendizagem (P1, 2013).

E o colaborador do segmento alunos aborda o significado de cada termo (projeto, político, pedagógico) e conclui que este “indica a direção a seguir não apenas para professores e gestores mas sim para funcionários, alunos e famílias” (G, 2013), consideração na qual se destaca a categoria “plano de ações”. Em face do exposto, o PPP para pais e alunos é visto como um plano das ações a serem executadas, onde são contempladas definições de funções, de tempo e de atividades.

Os funcionários revelam diferentes pontos de vista acerca do PPP. F2(2013), ao responder a questão ‘O que você entende por PPP?’ demonstra-se um tanto inseguro ao colocar: “Acho que é o planejamento da escola” (F2, 2013). F1(2013) refere-se à PPP como:

[...] elemento fundamental para a organização da escola. É nele que se define o trabalho pedagógico, a missão da escola, as questões curriculares e metodológicas, as concepções, a avaliação, o tipo de gestão adotado, o perfil do aluno e do professor e outros pressupostos que definem a dinâmica escolar (F1, 2013).

Nesta abordagem, encontra-se a categoria “planejamento da escola”. As citações permitem analisar que o segmento funcionários compreende de forma distinta o PPP. Enquanto F1 afirma ser o planejamento da escola elencando aspectos importantes, F2 demonstra incerteza ao utilizar a palavra ‘acho’ e responder a questão em uma única frase. Cabe considerar nesta situação que o tempo de atuação na escola pode interferir no conhecimento dos diferentes aspectos que envolvem o cotidiano do estabelecimento.

Verificou-se que as compreensões acerca do que é PPP aproximam-se conforme o segmento da comunidade escolar do qual o colaborador faz parte. Assim, constatou-se que cada qual entende o PPP de acordo com sua contribuição na construção deste. O segmento ‘professores’ é o que analisa quase integralmente este documento. O segmento ‘pais’ participa de alguns itens, avaliando proposições. O segmento ‘funcionários’ não participa desta construção. E o segmento ‘alunos’ toma ciência de algumas decisões acerca do funcionamento da escola.

É provável que o entendimento esteja vinculado ao grau de participação na construção do PPP. Segundo Vasconcellos (2002) projeto político pedagógico:

É a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar (VASCONCELLOS, 2002, p.169).

Então, a Escola A revisando seu PPP anualmente aprimora o entendimento deste e possui condições de estender a participação a todos os segmentos da comunidade escolar.

Veiga (1995) é enfática ao afirmar que o projeto político-pedagógico visa a qualidade do processo vivenciado na escola, e não um rearranjo formal desta. Nesta perspectiva, acredita-se que o entendimento acerca do que seja o PPP da escola acontece mediante a participação responsável, comprometida e intencional dos seus membros em todas as ‘ações’ do cotidiano escolar.

Analisando as respostas e abordagens foi possível categorizá-las nas visões: PPP como “documento”, como “planejamento de escola” e como “plano de ações”.

No entanto, no decorrer da sistematização das categorias que se referem ao PPP, emerge a possibilidade do não entendimento, pois se verificam afirmações contraditórias.

Fornecer uma resposta sobre 'o que se entende por PPP' é possível, pois cada colaborador poderia recorrer a diferentes fontes de informação. Porém, referir-se a 'o que é o PPP da Escola A' fica um tanto contraditório quando não há resposta sobre o processo de sua elaboração, ou quando se colocam como não participantes desse processo. Isso se verifica nos registros de G (2013), que definiu PPP, mas não respondeu quanto à construção; nos registros dos pais colaboradores (citação de P1), que apresentaram uma definição significativa, mas colocaram que este fora elaborado em reuniões de pais, o que segundo citação de PS3 e F1 não procede.

Os colaboradores pais e alunos não esclarecem como fora construído o PPP. Sabe-se que a participação dos segmentos fora de diferentes maneiras. Não responder pode significar não conhecer o que é o PPP.

Na descrição de PS3 (2013) é possível perceber alguns procedimentos do processo de elaboração quando registra que o documento

Foi elaborado em conjunto com direção, coordenação e professores. Realizamos algumas leituras para fundamentação das escritas. [...] Cada professor tinha determinadas tarefas para leitura de alguns pontos do PPP; realizávamos alguma escrita e socializávamos. [...] (PS3, 2013).

Complementando as informações acima há as colocações de F1(2013) que, apesar de utilizar a expressão "Sinceramente desconheço" o processo de elaboração do PPP (denotando não ciência), registrou:

No momento o PPP desta escola está em processo de reformulação. A princípio, para este processo, percebi que foram elaborados questionamentos por parte da atual gestão escolar e estes por sua vez, enviados a alguns familiares e responsáveis por alunos matriculados para ser respondido e devolvido à equipe diretiva. Logo, trata-se de uma pesquisa de campo. Compreende-se que com base nesta pesquisa serão atualizados os dados correspondentes a participação das famílias, ou seja: meios de sobrevivência, nível socioeconômico, escolaridade, faixa etária, número de dependentes, etc... (F1, 2013).

Ainda, pode-se observar o processo de elaboração do PPP da escola, nas palavras de PS1(2013), educadora que esteve

[...] à frente da condução dessa construção”. [...] A elaboração do PPP de nossa escola levou em torno de 3 anos” [...] buscou-se envolver na medida do possível as famílias e todos os profissionais que atuam na escola de modo a ouvir sua opinião (PS1, 2013).

Nestas colocações identifica-se a categoria “processo participativo” na elaboração do PPP da Escola A. Estes colaboradores exemplificaram ações e ressaltaram estudos realizados no decorrer da organização do PPP.

Há colocações dos demais colaboradores que se categorizam como o ‘não conhecimento’ do processo de construção do PPP. F2 (2013) escreveu: “Não participei”. PS4 (2013) considerou: “Participei apenas da análise dos últimos dados e de alguns componentes”. P2 (2013) colocou que participou da construção do PPP “através de encontro de pais na Escola”. E, G não respondeu a questão.

É possível perceber diferentes graus de participação no processo de construção do PPP. Os colaboradores que citam as ações de estudo e análise provavelmente participaram com maior intensidade do que aqueles que confundiram reuniões informativas com o referido processo. Ainda há os colaboradores que se colocaram na posição de não participantes e os que não se referiram ao assunto.

Nesta categoria verifica-se que a divergência não se dá por segmento, pois parece estar relacionada ao tempo de atuação dos profissionais na escola e grau de participação nas atividades oportunizadas. Para compreender o PPP faz-se necessário participar efetivamente de sua construção. Neste sentido, conforme Veiga:

O projeto político pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicação do seu papel social a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. (VEIGA, 1998, p. 9).

E conforme Lück,

A participação inerente à gestão democrática pressupõe que haja a necessária preparação e organização que dêem efetividade às suas ações. De nada adiantam as participações orientadas por objetivos pessoais, e de pouco adiantam as participações desorganizadas e mal informadas. (LÜCK, 2009, p. 71-72)

Em se tratando de participação, as colocações apontaram para diferentes compreensões e intensidade. Quando é referida que há participação na Escola “no momento em que os pais sabem o que os filhos fazem na escola” (P2, 2013), denota um entendimento de participação cada um, isoladamente, fazendo sua parte. A qual pode ser categorizada como participação no sentido de “responsabilidade”. Conforme observado na sistematização, a participação, para alguns, é entendida como participar naquilo que me cabe somente. Citando exemplos: pais controlar temas (nada mais), alunos estarem nas reuniões as quais são convidados (muitas vezes como ouvintes, quando ouvem). O termo responsabilidade não é sinônimo de comprometimento. Assim, esta categoria denota que é possível sermos responsáveis sem sermos comprometidos. Diferente de quando se afirma que “deve haver o envolvimento e a participação da comunidade escolar [...], pois todos são corresponsáveis por aquilo que defendem e propõem, tornando-se assim, agentes ativos da sua implementação” (F1, 2013), caracterizando a categoria “participação efetiva”.

Também, cabe destacar o entendimento que G apresentou acerca de participação na escola. Ao mencionar que “a participação dos pais são bem frequentes, alunos e pais participam quando tem homenagens, reunião, tentam participar quando podem, alunos participam estão sempre dispostos” (G, 2013), remete-nos à ‘participação’, retomando essa importante categoria, já destacada na análise.

Neste aspecto, PS1(2013), entendendo participação além do estar presente, e além do fazer sua parte designada, destacou que “ainda estamos longe do ideal que se almeja que é uma participação mais efetiva, na qual nos comprometemos no sentido de nos sentirmos pertencentes ao processo” (PS1, 2013). Observa-se a categoria “participação efetiva” também nas considerações de PS1.

Analisando as categorias acredita-se que a 'participação efetiva' proporciona conhecimento amplo (não superficial) do funcionamento da escola e da sua organização. Fazer sua parte, fragmentando ações e decisões, ou simplesmente estar presente não garante a concretização do planejamento coletivo (aquele que envolve os segmentos da comunidade escolar opinando, refletindo, analisando, decidindo e responsabilizando-se).

É possível perceber que o grau de intensidade de participação interfere na compreensão do que vem a ser o PPP e da participação propriamente dita. Nas palavras de Marques (1990), a participação ampla assegura acordos estabelecidos e garante que sejam contempladas questões e aspectos que com outra forma de participação passem despercebidos.

O PPP da escola pesquisada não contém registros referentes ao processo de elaboração nem da participação sistemática de grupos representativos como Associação de Pais Mestres, Associações de Estudantes, Conselhos escolares e/ou outros.

Fazendo a análise deste aspecto, acredita-se que em atas específicas (Conselho Escolar, Conselho de Pais e Mestres) há algum registro de participação. No entanto, seria importante se o PPP abordasse os procedimentos para sua elaboração, contemplando todo o processo e não somente o produto final. Assim, a possibilidade de participação dos membros envolvidos com a escola, seja através de órgãos colegiados ou não, além de asseguradas seriam efetuadas. É oportuno enfatizar que o PPP pode orientar o trabalho da escola inclusive em sua própria elaboração.

Ainda, em se tratando de participação na construção do PPP, é oportuno citar Paro o qual afirma:

O que não se pode fazer é tomar os determinantes estruturais como desculpa para não se fazer nada, [...]. Certamente a participação da comunidade na gestão escolar, ainda enfrenta sérios problemas, [...] mas é de fundamental importância [...] o reconhecimento de sua relevância e necessidade (2002, p.19).

Assim, é importante considerar que, tanto os que trabalham na escola como os que a freqüentam, encontram-se em um processo que redireciona e define os

rumos da educação. O PPP avaliado e (re)pensado constitui-se em alicerce para a autonomia e para a ressignificação de práticas visando a coletividade.

Neste sentido, o próprio PPP menciona que

[...] precisamos cada vez mais pensar a escola além de seus “muros”, além da sala de aula, pensar a escola com a efetiva participação de todos: família e comunidade, para que de fato a escola possa cumprir com sua função social (PPP, ESCOLA A, 2013).

A utilização do PPP pode revelar o quão este é levado em consideração na instituição escolar. Segundo Veiga:

É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para tanto ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta (2002, p.10).

Na presente pesquisa, a grande maioria dos colaboradores, diante de questionamentos quanto à importância do PPP, respondeu que este é fundamental. “É o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidos pela coletividade [...]” (PS2, 2013). Entretanto, respondendo ao questionamento sobre a utilização, percebeu-se que o mesmo é consultado poucas vezes. Segundo F1(2013), a utilização ocorre nas situações de “algumas dúvidas relacionadas a atos legais e decretos necessários para fundamentar documentos expedidos no cargo que exerço”. Nestas colocações percebe-se o caráter esporádico no que diz respeito à utilização do PPP.

O registro feito por PS2(2013) retrata a utilização pelos demais professores: “na medida em que se faz necessário retomar/relembrar o que se pensa acerca de currículo, ao realizar planejamentos, avaliações” (PS2, 2013).

Analisando os registros dos colaboradores emerge a categoria “valor utilitário” do PPP. Essa consulta por vezes é esporádica, conforme afirmou anteriormente F1 e outros colaboradores. Também existem situações como a exemplificada com o escrito de F2(2013): “Não utilizo”.

A importância do PPP é vista pelo segmento ‘professores’ e pela funcionária que atua na função de secretária da escola. Observando a situação é considerável mencionar que algumas colocações por parte dos colaboradores parecem tratar de chavões incutidos através de leituras, pois destacam a importância (extrema) e afirmam que pouco o utiliza.

Segundo Libâneo:

O PPP representa a oportunidade de a direção, coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem a escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação [...], organizar suas ações, visando atingir os objetivos que se propõem (LIBÂNEO, 2001, p. 133).

Sendo assim, o “vir-a-ser da escola” (FERREIRA, 2007, p. 41) é o PPP, e o fundamento de um projeto político-pedagógico é sua intencionalidade. As prioridades da instituição de ensino devem estar pautadas nas intenções políticas e pedagógicas que expressam anseios da comunidade. Sendo estes voltados à superação de conflitos, ao relacionamento igualitário e à qualidade do ensino e aprendizagem.

Retomando um primeiro objetivo proposto para a pesquisa constatou-se que a construção do PPP da Escola A levou determinado tempo para ser concluída devido ao entendimento de que este documento é norteador do cotidiano escolar, daí sua importância. No entanto, apesar de evidências contrárias, fica a impressão de que esta construção levou tempo por almejar maior participação da comunidade escolar. Salienta-se que o envolvimento na referida construção dá-se em diferentes graus, sendo o segmento ‘professores’ o que apresenta maior intensidade. Verificando os relatos acerca da pouca utilização do PPP, nota-se que a escola busca aprimoramento, uma vez que este é revisto anualmente.

3.3 Concepções acerca de Gestão Escolar segundo o PPP da escola e na visão da Comunidade Escolar

A Gestão Escolar, perante normativas, vem sendo repensada com maior intensidade, e uma das consequências deste pensar é a mudança na visão do modelo administrativo de gerir a escola para um modelo democrático. Ainda nos encontramos em momento de transitoriedade de um modelo para o outro, no qual se percebe ora ações de gestão democrática, ora ações de administração centralizada. Acredita-se que a compreensão acerca da Gestão Escolar numa perspectiva democrática é imprescindível, pois de outro modo recai-se para a alteração de denominação sem a mudança de práticas.

A comunidade escolar (composta pelos segmentos: professores, funcionários, pais e alunos) apresenta diferentes concepções sobre questões diversas, inclusive sobre gestão escolar. Torna-se indispensável conhecer a concepção de Gestão presente no PPP e conforme segmentos da comunidade escolar em uma Escola Municipal de Barra Funda para entender ações efetuadas neste estabelecimento acerca do seu PPP e da Gestão. Assim, nos questionários também fora abordado este aspecto.

Na visão de alguns colaboradores Gestão Escolar é compreendida como a administração da escola, sendo que as ações são centralizadas e seguem uma hierarquia. Para G (2013) “é um termo de administração em que coordena e administra algo. Os responsáveis são a diretora e cordenadora”. Nessa mesma linha, F2 (2013), referiu-se a gestão escolar escrevendo que é quando “alguém que comanda e outros que obedece”. Apesar de PS4 (2013) considerar que a gestão escolar [...] propõe “alternativas para dar autonomia e liberdade em algumas ações dentro do ambiente escolar”, ao citar como responsáveis a SMEC (Secretaria Municipal de Educação), a direção e vice-direção da escola, pode-se considerar também na concepção administrativa. Assim, a categoria identificada é a de gestão na visão de “administração”.

Utiliza-se este termo por melhor retratar a concepção que segue rigidamente uma hierarquia, na qual há os ‘comandantes’ e os ‘comandados’, sem diálogo ou busca pelo consenso. Esta visão provavelmente se dá pelo fato de haverem lideranças na escola, e estas não serem compreendidas como (ou não serem de fato) mediadoras na gestão.

Partindo desta análise é oportuno citar Vasconcellos (2002), por enfatizar que o processo de gestão democrática caracteriza a equipe diretiva como criadora de

“um clima organizacional favorável” (p.51). E esse mesmo autor nos leva a considerar que as instituições de ensino sofrem o reflexo de uma realidade maior.

[...] o autoritarismo está impregnado nas nossas relações [...]. Podemos ver o reflexo disto no ambiente acadêmico ou escolar, que deveria ser, por excelência, o espaço do debate, do confronto de ideias e posições, de cooperação e decisões coletivas (VASCONCELLOS, 2002, p. 51).

Outros colaboradores elencaram que a gestão escolar precisa seguir uma concepção democrática, em que toda a comunidade escolar busca melhoria de forma geral, através da participação nas decisões. Esta categoria, representada pela palavra “democrática” é ilustrada quando P2 (2013) compreende que a função da gestão escolar “é conduzir a escola em todos os segmentos”, sendo responsável a “equipe diretiva com a ajuda da comunidade escolar”. Esclarecendo Comunidade Escolar, P1(2013) citou como membros: “direção, alunos e pais, funcionários”.

Analisando a categoria “democrática” se percebe que a gestão escolar é citada por alguns na perspectiva coletiva, com espaço para participação nas práticas desenvolvidas pela escola. O que não se pode afirmar neste aspecto é se esta vem sendo efetivada.

PS1(2013) destacou a importância em romper com a ideia de “administração escolar, na qual possuem funções hierárquicas e autoritárias”. Não citou quem seriam os gestores da escola e suas atribuições, mas ressaltou que “as decisões não são tomadas de cima para baixo, mas que sejam decisões pensadas por todos, que sejam questionadas, refletidas, construídas no coletivo, onde todos possam ter uma participação responsável” (PS1, 2013).

Nesta perspectiva, alguns colaboradores percebem a concepção acerca de Gestão escolar numa fase transitória, na qual “as ações da gestão escolar e do PPP devem estar em harmonia” (PS3, 2013) e baseadas na “participação de todos e na responsabilidade coletiva, tendo como eixo a interação da direção e o envolvimento de todos os componentes da instituição de ensino. [...]” (F1, 2013.) Complementando, destacou que o gestor é o diretor, o qual “precisa ter visão de conjunto, articular e integrar os vários setores (setores administrativos, setor

pedagógico, secretaria, serviços gerais, relacionamento com a comunidade, etc.)” (F1, 2013).

Com base nessa abordagem cabe citar como categoria a expressão “visão de conjunto”, pois há ênfase para o rompimento com o autoritário, para a participação de todos, mas considera somente o diretor como gestor. Analisando as práticas em gestão escolar vê-se que estas demandam compartilhamento, considerando a todos como gestores. Certamente nesta visão compreende-se que as decisões não são de responsabilidade de uma pessoa, mas do coletivo coordenado por representantes, seja equipe diretiva ou órgãos colegiados ou outros.

Para Veiga:

Construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola (VEIGA, 2004, p.40).

No PPP da Escola A há informações acerca da concepção de Gestão Escolar:

Em relação à gestão observamos que há uma intencionalidade de que as decisões e implementações ocorram com a participação de todos. Compreendemos que a Gestão escolar não se limita apenas a direção e coordenação de escola. Existe espaço na escola para o diálogo com flexibilização e disposição, porém percebe-se que a participação ainda não é efetiva, principalmente nas decisões mais importantes (PPP, ESCOLA A, 2013).

Além disso, são mencionados os artigos 14 e 15 da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), enfatizando a necessidade de participação da equipe escolar, pais, alunos bem como de Órgãos Colegiados (Conselho Escolar, APMs, Grêmios Estudantil).

Nesta concepção, de gestão democrática, há referência acerca da construção coletiva do PPP como ação fundamental por propiciar o envolvimento de “todos os segmentos na busca da ruptura com a cultura autoritária da escola” (PPP ESCOLA A, 2013). Também nota-se a intenção em estender a participação para os diversos segmentos da comunidade escolar quando há o registro “Efetivar o órgão

representativo dos alunos da escola (Grêmio Estudantil) com as devidas finalidades” (PPP, ESCOLA A, 2013).

Percebeu-se que a concepção acerca da Gestão escolar expressa no PPP remete-se à gestão “democrática”, categoria evidenciada na análise. Desse modo, cabe citar Lück (2009) a qual escreve que apesar de diferentes denominações para referir-se ao PPP, estas designam o mesmo sentido de “estabelecer uma visão de conjunto e direção ao processo pedagógico intencional a ser promovido na escola, mediante a contribuição de seus professores e demais membros da comunidade escolar” (LÜCK, 2009, p. 38).

Porém, ao constatar no documento a afirmação de “que a eleição do gestor escolar é um primeiro passo no sentido dos envolvidos sentirem-se pertencentes neste processo” (PPP, ESCOLA A, 2013) emergem indagações, dentre elas: Na escola pesquisada não ocorre o processo de eleição de diretor? E, sabendo que não ocorre o processo de eleição de diretores, elucidam-se informações a esse respeito. Nesses termos, a categoria “eleição de diretores” emerge das observações encontradas no PPP da Escola.

As Escolas municipais de Barra Funda não realizam eleição de diretores, estes são designados pelo representante do Poder Administrativo Municipal. Analisando que o anseio pela eleição de diretores fora exposto no PPP da Escola A, pode-se constatar que o referido documento nem sempre norteia práticas contemplando o almejado pela comunidade escolar.

Evidentemente a eleição para diretores é uma ação que retrata os princípios democráticos, mas esta por si só não garante uma gestão democrática. Uma vez que:

O diretor deve entender-se como um educador: a gestão envolve estratégias onde a comunicação exerce papel fundamental como ponto de partida para que todos se entendam. Assim, é importante ao gestor discutir soluções possíveis e promover negociações, assumir responsabilidades e deixar que os outros também assumam, ser ouvido, mas também ouvir, valorizar aspectos positivos do grupo, deixando claras suas intenções para com a escola e zelar pela total transparência de todas as ações (VASCONCELLOS, 2002, p. 62).

“Com o intuito de tornar claras as intencionalidades e planejar os rumos da instituição, inclusive em seus processos de gestão, é elaborado o projeto

pedagógico da escola” (FERREIRA, 2007, p. 38). Portanto, o PPP é ferramenta emancipatória e através dele a participação de todos na tomada de decisões da escola pode se concretizar, sendo esta a principal característica da gestão democrática.

Verificam-se diferentes concepções acerca da Gestão Escolar dentre os membros de uma mesma comunidade escolar. No entanto, estas visões não são características de determinado segmento. Mais uma vez, o grau de participação no cotidiano da escola interfere na compreensão acerca da organização da mesma.

3.4 Contribuições do PPP para a gestão em uma escola de Barra Funda (RS)

Em etapas anteriores deste trabalho verificou-se que há diferença de entendimento acerca do que seja o PPP. Assim, ao analisar contribuições do projeto político-pedagógico para a gestão, segundo a comunidade escolar, percebeu-se que a compreensão acerca de seu significado, bem como a concepção de gestão ou a própria estrutura do sistema municipal, podem ser limitadoras na percepção das contribuições.

Houve um colaborador que abordou as contribuições do PPP através das categorias “organização das turmas” e “trabalho do professor”. Conforme PS4 (2013), “a distribuição das turmas e caracterização do trabalho docente depende do PPP”.

Ao analisar as categorias supracitadas e o PPP da Escola A, entende-se que o colaborador fez referência a estas questões por se tratar de docente nomeado recentemente, e o documento em questão é o portador de informações a esse respeito.

O fato de a escola possuir “uma proposta que visa uma educação libertadora [...]” e trabalhar “com rede de falas, as quais são coletadas na comunidade” (PPP, ESCOLA A, 2013) denota práticas diferenciadas de outros estabelecimentos necessitando assim elucidações. E o PPP contempla itens específicos sobre Currículo (anos iniciais e anos finais), Metodologia, Planejamento e Avaliação (PPP, ESCOLA A, 2013), os quais norteiam os docentes em seu fazer pedagógico.

Seguindo o norte apontado pelo colaborador, Ferreira (2007) é precisa ao afirmar que “no projeto pedagógico é apresentada a escola sonhada, projetada, imaginada” (2007, p. 38) e é ele quem “constitui-se em orientações para as práticas cotidianas. [...] é assim, o esboço, de forma coletiva, do trabalho esperado do professor e de seu fazer” (2007, p. 41).

Por sua vez, para F1(2013) o PPP “é fundamental para a organização da escola”, e sua contribuição se dá no momento em que “propicia a criação da identidade própria [...], a autonomia e melhorar a qualidade da educação ofertada” (F1, 2013).

Nesta abordagem, as contribuições do PPP são percebidas na organização e gestão da escola de modo amplo, podendo categorizá-las como “organização da escola”, “identidade própria”, “autonomia” e “qualidade da educação”.

Cabe destacar que o PPP apresenta em sua composição, dentre os demais, itens diretamente relacionados à organização da escola: Organização do trabalho na instituição, Gestão escolar, Organização Administrativa, Profissionais e Multiprofissionais e Ações Complementares (PPP, ESCOLA A, 2013). Estes abordam o funcionamento da escola em sentido amplo, respeitando a legislação vigente e ao mesmo tempo conferindo-lhe identidade própria, uma vez que na Escola A, através de seu PPP é possível perceber práticas distintas de outros estabelecimentos da região.

Dentro desta organização a escola realiza um trabalho pedagógico que tem como característica uma metodologia dialética que visa a construção e abordagem do conhecimento por meio de temas geradores e das falas da comunidade (PPP, ESCOLA A, 2013).

Esta análise remete-nos a refletir os motivos de construção do Projeto Político-Pedagógico. Entende-se que este retrata a opção da escola, sua intencionalidade e, requerendo o comprometimento de todos, revela autonomia e almeja qualidade. Assim, justamente diferenciando-se de propostas organizacionais que definem a escola como espaço de mera transmissão de conhecimento.

Nesta direção, Lück (2011) afirma que “a qualidade do ensino depende de que as pessoas afetadas por decisões institucionais exerçam o direito de participar

desse processo de decisões, assim como tenham o dever de agir para implementá-las” (p.48).

Nota-se que o PPP da Escola A define os conhecimentos a serem abordados com os discentes a partir de uma observação diagnóstica do contexto local, direciona a metodologia, oportuniza (na formação docente) o planejamento de ações com a turma e orienta quanto aos instrumentos de avaliação. Atividades estas pertinentes no cotidiano dos professores principalmente. O que não fica evidenciado é se os demais segmentos participam na tomada de decisões.

O fato de quatro colaboradores deixarem esta questão sem resposta é motivo de reflexão e busca do porquê para tal situação. É possível que as contribuições não sejam percebidas, pois conforme mencionado anteriormente, nem todos os segmentos participam efetivamente das ações na escola e, conseqüentemente não visualizam que estas possuem, além de intencionalidade, um planejamento inicial. Conforme P2 (2013) percebem-se contribuições na participação de pais e alunos na Gestão administrativa, no conhecimento da realidade escolar e na formação dos professores. Diante dos aspectos contemplados no PPP e nos registros de P2 acredita-se que o fato de não responderem parece estar atrelado à participação restrita e a não compreensão do que seja o PPP.

Segundo Lück (2011), identificam-se cinco formas de participação: participação presença, participação como expressão verbal, participação como representação, participação como tomada de decisão e participação como engajamento.

Na escola é possível perceber todas as formas, porém as mais comuns são participação como presença e participação como representação. A participação como presença caracteriza-se pelo pertencimento ao grupo, independente de sua atuação nele. A participação como representação é aquela que não permite a participação direta de todos, esta se efetiva por meio de representantes (LÜCK, 2011). Acredita-se que estas formas de participação são as efetivadas pela maioria da comunidade escolar na construção do PPP da Escola A.

Neste mesmo sentido, de destacar a necessidade da participação engajada, PS2(2013) colocou que “o PPP [...] **deve** estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da comunidade escolar” (PS2, 2013, grifo nosso).

Verificando estas constatações, é oportuno citar Ferreira por analisar que:

A Lei 9394/96, ao fazer referências às necessidades de um Projeto Pedagógico, por um lado, permitiu que a escola passasse a pensar a educação com base em seu simbólico, seus desafios e demandas, por outro, atribui um fazer inovador aos sujeitos do cotidiano escolar: pensar, planejar e assumir responsabilidades em relação ao futuro da instituição, ao trabalho dos professores e à produção do conhecimento (FERREIRA, 2007, p. 42).

Pode-se perceber que o PPP contribui na promoção do diálogo e na busca de um consenso em relação aos rumos da escola (FERREIRA, 2007).

Nesta abordagem a categorização é retratada pela expressão “interesses coletivos”, pois na afirmação de PS2 (2013) transparece a ideia de que o ideal construído nem sempre é perseguido. Também nesta categoria, segundo PS3 (2013), “os gestores **podem** pautar suas ações, planejamento e metas no que está descrito no PPP” e ainda ressalta enfatizando que “**precisa-se** saber o que há no PPP” (PS3, 2013, grifo nosso). O apontamento indica a existência de ações planejadas no PPP que não são efetuadas. Seja por desconhecimento, desconsideração, impossibilidades ou outro este fato vem sendo percebido e a manifestação dos colaboradores remete ao anseio de que os interesses reais e coletivos evidenciados sejam respeitados. Assim, um ou dois encontros no início do ano letivo podem ser insuficientes para análise e reconstrução do PPP.

Conforme Gandin e Gandin (1999), o projeto político-pedagógico consiste num planejamento, e neste planejamento ressaltam-se três ideias: processo de intervir na realidade existente (retirar, incluir, enfraquecer ou reforçar), crescimento da instituição como resultado dos investimentos no planejamento (tempo, ideias, participação), e, o tipo de planejamento usado denota o que a instituição almeja.

A elaboração do PPP resulta em trabalho de planejamento do fazer educativo.

“Cabe [...] à instituição dar continuidade a este trabalho, mantendo espaços de interlocução, dialogicidade, pesquisa e, sobretudo, buscando, diariamente, democratizar a gestão em todos os seus aspectos [...]” (FERREIRA, 2007, P. 47).

Verificando o PPP da Escola A destacam-se contribuições significativas para a prática docente (currículo, metodologia, planejamento, avaliação, ações complementares) e para a gestão (organização administrativa, organização pedagógica da instituição, Recursos humanos envolvidos, ‘anseios’).

Além destas, registra-se como contribuição o exercício de participação como engajamento, sendo retratado por alguns docentes que demonstram conhecer o documento e percebendo sua relevância denotam preocupação quando o planejado pelo coletivo não é considerado.

Retomando o objetivo de analisar contribuições do PPP para a gestão, pode-se afirmar que este documento norteia muitas ações na escola, especialmente a prática docente. Analisando compreensões dos segmentos da comunidade escolar e o próprio PPP observam-se desafios para o coletivo da instituição: participação engajada e avaliação do referido projeto. As compreensões da comunidade escolar acerca do PPP oportunizam o planejamento dos rumos desta (re)construção, destacando a importância em 'investigá-las'. Cabe destacar que todos os colaboradores retornaram os questionários com a maioria das respostas. Conclui-se que estes elencam contribuições conforme a concepção que têm acerca da Gestão e do PPP, independentemente do segmento o qual fazem parte e mesmo denotando participação limitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a pesquisa constata-se que o entendimento acerca do que seja o PPP influencia nas ações de toda a comunidade escolar. Ao perceber diferentes compreensões entre os segmentos é possível verificar que o grau de participação é fator principal na elucidação de informações esclarecedoras. Considerando a existência de órgãos colegiados na escola, nota-se que a participação destes nas decisões pertinentes à educação é oportunizada até certo ponto, quando é.

Embora se evidencie alguns princípios de gestão democrática praticados (participação de pais e alunos em conselhos de classe) colocam-se pontos desafiadores para a equipe gestora. Dentre eles o de concretizar a autonomia tendo a participação coletiva como ferramenta e o PPP como instrumento.

O PPP da escola pesquisada não contém registros referentes ao processo de elaboração nem da participação sistemática de grupos representativos como Associação de Pais Mestres, Associações de Estudantes, Conselhos escolares e/ou outros. Fazendo a análise deste aspecto, acredita-se que em atas específicas (Conselho Escolar, Conselho de Pais e Mestres) há algum registro de participação. No entanto, seria importante se o PPP abordasse os procedimentos para sua elaboração, contemplando todo o processo e não somente o produto final. Assim, a possibilidade de participação dos membros envolvidos com a escola, seja através de órgãos colegiados ou não, além de asseguradas seriam efetuadas. É oportuno enfatizar que o PPP pode orientar o trabalho da escola inclusive em sua própria elaboração.

A construção do PPP poderia envolver representações significativas dos sujeitos da escola contemplando os diversos segmentos, potencializando assim a participação democrática e conseqüentemente superando o autoritarismo e a centralização das decisões.

Práticas democráticas no cotidiano escolar abrem possibilidades para que os envolvidos assumam responsabilidades e tornem-se co-autores na efetivação do almejado.

Apresentou-se neste trabalho o entendimento acerca do PPP segundo os diversos segmentos da comunidade escolar, e como este documento contribui na

gestão em uma escola municipal de Barra Funda (RS). O intuito ao analisar as 'compreensões' fora o de verificar as ações desencadeadas na construção do projeto referido, conhecer as concepções de gestão na visão da comunidade escolar e constatar possíveis contribuições do PPP para a organização e gestão da instituição.

Percebeu-se que o PPP é entendido como documento, como plano de ações e como planejamento de escola. Estando essas visões relacionadas à função do membro da comunidade escolar, tempo de atuação e formas de participação na escola.

Acredita-se que com a participação da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico a finalidade educacional se efetiva. A organização do trabalho pedagógico, considerando vivências, expectativas e realidade local, resulta em um projeto amplo, ultrapassando o caráter burocrático. Com isso percebemos que o projeto precisa estar pautado nas relações com os profissionais que constituem a escola, na interação com a comunidade e meio, e nas intenções em relação aos alunos/cidadãos envolvidos.

A forma como o PPP é visto pelos professores, funcionários, pais, alunos e demais, expressa, de certa forma, as concepções acerca da gestão. Se o PPP é um documento pouco utilizado, é considerável a possibilidade de a gestão ser entendida no sentido de administração. Na medida em que os integrantes da escola sentem-se co-autores neste processo de construção, de decisões e de intenções, ocorre o revisar, ou melhor, o repensar do PPP e a conseqüente renovação constante (redimensionamento e redirecionamento). Assim, este passa a denotar sentido, sendo a definição da identidade institucional e de sua proposição política. O que confirma o sentido político do projeto é o comprometimento a partir de escolhas feitas. As ações de planejamento são oportunidades para a participação na gestão.

Uma gestão que tem por basilares os princípios democráticos garante espaços para discussão sobre educação. Evidencia-se que a escola, com seu PPP, caminha conforme suas possibilidades. Neste aspecto percebem-se interesses do sistema de ensino, da Mantenedora, dos estudantes, dos profissionais, da equipe gestora, os quais divergem em vários pontos. Portanto, torna-se necessário no papel da escola, bem como de sua gestão, encarar os diferentes posicionamentos buscando consensos e perseguindo um objetivo maior: escola como espaço de construção social igualitária e justa, acima dos interesses particulares.

Constatar contribuições do PPP para a organização e gestão da instituição também fora objetivado nesta pesquisa. Neste aspecto nota-se a assertiva pelo grupo de professores (incluindo os que ocupam cargos diretivos atualmente) em aprimorar a prática pedagógica partindo da análise diagnóstica do contexto, realizando formações sistemáticas, planejando coletivamente as intervenções nas aulas e o conhecimento abordado. Assim, o mero repasse de informações deixa de ser o foco principal das aulas. Também, a periodicidade em que ocorrem as revisões do PPP, mesmo sem todos os segmentos, demonstra preocupação com a organização da escola. Sabe-se que o almejado, em se tratando de gestão, não será atingido de uma hora para outra. O fato de não ocorrer eleição para diretores, anseio retratado no PPP da escola pesquisada, é intrigante. A eleição para diretores é vista principalmente pelos profissionais da educação como ação democrática, no entanto, sabe-se que somente a escolha não garante a gestão democrática, pois esta ultrapassa o espaço da instituição. Acredita-se que a gestão participativa numa perspectiva democrática está avançando, mesmo que as ações, inicialmente, pareçam poucas.

Os colaboradores da pesquisa elencam como principais contribuições do PPP para a gestão: organização da escola e do trabalho docente (autonomia e qualidade), compromisso sócio-político com a comunidade escolar (interesses) e participação dos diferentes segmentos como protagonistas de sua formação e atuação. Percebeu-se que cada qual verifica contribuições de acordo com seu conhecimento acerca do PPP: na organização das turmas e do trabalho do professor, na organização da escola, na articulação de interesses coletivos, na promoção de identidade própria, autonomia e qualidade da educação.

Através deste trabalho tem-se a confirmação de que o PPP é elemento gerador de participação efetiva e reflexão acerca do cotidiano escolar, o qual engloba a organização da escola com decisões sobre currículo, tempos, espaços, ideias, práticas, possibilidades, desafios e intenções.

Ao esclarecer que a construção do PPP numa visão emancipatória requer, especialmente, organização, liderança, fundamentação e participação, este estudo contribui para a Gestão escolar. Também por proporcionar reflexões acerca das compreensões distintas e das formas de participação nas ações do cotidiano da instituição. Além disso, remetem-nos a importância de uma equipe gestora que

compreenda a todos os envolvidos com a escola como gestores, na qual os aspectos burocráticos não preponderem sobre os demais.

Por fim, se a instituição organiza e dispõe tempo para avaliar seu PPP, esta ressignifica sua prática e propicia percepção da necessidade de mudanças. Destaca-se que, o fato de a escola, anualmente, revisar este documento consiste em etapa importante, que poderá desencadear ampliação da participação dos demais segmentos. Uma vez que participação gera conhecimento e este gera mais participação.

Em síntese, a comunidade escolar compreende o PPP em diferentes enfoques, o que interfere na percepção de contribuições para a gestão da escola. O PPP entendido como documento contribui na administração (concepção diferente de gestão). O entendido como plano de ações contribui na execução destas e demais atividades cotidianas. Já aquele entendido como planejamento contribui com a intenção e função social da escola, rumando para o entendimento de gestão em seu sentido amplo.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A.J. Usos e abusos do estudo de caso. **Revista Cadernos de Pesquisa**. UFMA. v. 36, n.129. p 637-651, 2006.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113.pdf>>. Acessado em: 14 de agosto 2013.

_____. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

_____. (org). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

_____. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.49, p. 51-54, maio 1984.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). **Família & escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-183.

BRASIL. Lei n. 010172, de 9 de janeiro 2001. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acessado em: 23 de junho de 2010.

_____. **Lei n. 11.274**, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acessado em: 27 de julho de 2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295-316.

DOURADO, L. F.; **Políticas e gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br> >. Acessado em: 07 de novembro de 2012.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C.A.; **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007.

DRABACH, N. P. **Enfoques de Pesquisa em Educação (Livro texto)**. Disponível em:<http://nte.ufsm.br/moodle2_UAB/pluginfile.php/22430/mod_resource/content/1/Livro_texto_-_enfoques_pesquisa_educacao_1_.pdf>. Acessado em: 26 de novembro de 2012.

_____. MOUSQUER, M. E. L. Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem fronteiras**. v. 9, n. 2. p. 258-285, 2009.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. n. 115. p. 139-154, 2002.

FERREIRA, E. B. **A organização da instituição de ensino após a LDB/1996 e as condições do trabalho pedagógico**. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufc/file.php/1/coord_ped/sala_2/pdf/sala_2_Realidade_Escolar_e_Trabalho_Pedagogico.pdf>. Acessado em: 17 de agosto de 2011.

FERREIRA, L. S. Gestão da escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores. **Educação em Revista**. UNESP, Marília-SP. v. 8, n. 1. p. 35-48, 2007.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes médicas, 2000.

_____. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In MEC, **Anais da Conferência Nacional de Educação para todos**. Brasília, 28 de agosto a 02 de setembro, 1994.

GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um Projeto político-pedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Densidade Demográfica – População**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=430195&search=rio-grande-do-sul|barra-funda|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>>. Acessado em 06 de setembro de 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4. Ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. H. **Dimensões de Gestão Escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 3. Ed. São Paulo: Vozes, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, M. O. **Projeto pedagógico: A marca da escola**. Ijuí: Unijuí, 1990.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. Ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre. v. 22, n. 37.p. 7-32, 1999.

MOREIRA, D.A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NOSSA, S.N.; TEIXEIRA, A. J. C.; FIORIO, S. L. Uma abordagem epistemológica da pesquisa contábil sobre balanço social e demonstração do valor adicionado. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 1, n. 2. p. 89-118, 2007.

OLIVEIRA, D.A. **A reestruturação do trabalho docente**: precarização e flexibilização. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>>. Acessado em: 30 de março de 2013.

OLIVEIRA, D.A.; ROSAR, M.F.F. (org). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

OLIVEIRA, J. F. de. **A Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.com/salto>>. Acessado em: 16 de abril de 2013.

OLIVEIRA, J. F. de.; MORAES, K. N. de; DOURADO, L. F. **Gestão Escolar democrática**: definições, princípios e mecanismos de implementação. Disponível em: <<http://www.letraviva.net/arquivos/2012/anexo-1-Gestao-escolar-democratica-definicoes,-principios-e-mecanismos-de-implementacao.pdf>>. Acessado em: 07 de janeiro de 2013.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PARO, V.H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. V. H. **Administração Escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, A.R. de. **Perfil da gestão Escolar no Brasil**. 2006, 302 p. Tese (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

VASCONCELLOS, C.dos S. **Coordenação do trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 3 Ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico: educação superior**. Campinas: Papyrus, 2004.

_____. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14 Ed. Papyrus, 2002.

_____. RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

_____. (org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p.12-33.

VIEIRA, S. L. **Educação Básica: política e gestão da escola**. Brasília, DF: Liber Livro, 2009.

_____. **Políticas educacionais em tempos de transição**. Fortaleza: UECE, 2001.

VILELA, R.A.T. O lugar da abordagem qualitativa na pesquisa educacional: retrospectiva e tendências atuais. **Perspectiva**. Florianópolis, v.21, n. 02, p. 431-466, 2003.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE 1 CARTA DE APRESENTAÇÃO



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Educacional da UAB/ UFSM vem apresentar a acadêmica MÁRCIA CASTOLDI BOSA à Direção desta Instituição de Ensino. A referida acadêmica está na fase de elaboração da monografia intitulada **COMPREENSÕES ACERCA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BARRA FUNDA (RS)**.

O objetivo da inserção da acadêmica na Instituição, diz respeito à coleta de informações de sua pesquisa de conclusão de Curso, cujo objetivo é o de analisar as contribuições do processo de construção do Projeto Político-Pedagógico para a Gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS).

Ressaltamos que a oportunidade concedida pela Instituição, constituir-se-á em relevantes momentos para a construção do estudo, que resultará na ampliação dos conhecimentos teóricos relacionados com as temáticas pesquisadas.

Agradecemos sua colaboração.

Sarandi, agosto de 2013.

Prof^a. Ms. Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann
Orientadora

APÊNDICE 2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Compreensões acerca do Projeto Político-Pedagógico:
contribuições para a Gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS)

Pesquisadora responsável: Márcia Castoldi Bosa

Orientadora: Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann

Instituição: UAB/ UFSM.

Telefone para contato: 0(xx)54 9149 1230

Prezado(a) Colaborador(a):

Você está sendo convidado(a) para responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Este estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições do processo de construção do Projeto Político-Pedagógico para a Gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS).

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas que abordam: Gestão Escolar e Projeto Político-Pedagógico.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Barra Funda _____, de agosto de 2013.

Professora Autora da Pesquisa
Márcia Castoldi Bosa

APÊNDICE 3 TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título da monografia: Compreensões acerca do Projeto Político-Pedagógico: contribuições para a Gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS)

Pesquisador responsável: Márcia Castoldi Bosa

Instituição/Departamento: UAB/UFSM

Telefone para contato: 0(xx)54 9149 1230

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através de um questionário realizado na Escola Municipal Barra Funda. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente trabalho. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da Professora Pesquisadora MÁRCIA CASTOLDI BOSA. Após este período, os dados serão destruídos.

Barra Funda,..... de agosto de 2013.

.....
Márcia Castoldi Bosa

APÊNDICE 4 QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS)



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

Título da pesquisa: Compreensões acerca do Projeto Político-Pedagógico: contribuições para a Gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS)

Prezado (a) colaborador (a), este questionário apresenta 8 questões abertas que poderão ser respondidas sem limite de linhas. Este documento é anônimo, portanto, não tem necessidade de identificação.

Desde já agradeço a sua disponibilidade em participar desta pesquisa.

Márcia Castoldi Bosa

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Cargo ou função _____

Graduação: _____

Pós-graduação: _____

Tempo de atuação no cargo atual: _____

Tempo de atuação na Escola: _____

Tempo de atuação na rede municipal _____

Questões:

1 – O que você entende por Projeto Político-Pedagógico?

2 – Como foi o processo de elaboração do PPP na sua escola?

3 – De que forma você participou do processo de elaboração do PPP?

- 4 – Em sua opinião, qual a importância do PPP?
- 5 – Em quais situações você consulta (ou utiliza) o PPP?
- 6 – Qual a sua compreensão sobre gestão escolar?
- 7 – Quem são os gestores da Escola? Quais são suas atribuições?
- 8 – Exemplifique contribuições do PPP na organização e gestão da sua Escola.

APÊNDICE 5 QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (PAIS)



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

Título da pesquisa: Compreensões acerca do Projeto Político-Pedagógico: contribuições para a Gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS)

Prezado (a) colaborador (a), este questionário apresenta 6 questões abertas que poderão ser respondidas sem limite de linhas. Este documento é anônimo, portanto, não tem necessidade de identificação.

Desde já agradeço a sua disponibilidade em participar desta pesquisa.

Márcia Castoldi Bosa

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA- PAIS

Profissão _____

Grau de Escolarização: _____

Ano/série do(s) filho(s): _____

Questões:

1 – O que você entende por Projeto Político-Pedagógico?

2 – Como você participou do processo de elaboração do PPP?

3 – Qual a sua opinião sobre a participação de pais e alunos na Escola? Como podem ser mais atuantes?

4 – O que você entende por Gestão? Quem são os responsáveis pela gestão e organização da Escola?

5 – De que forma a Escola oportuniza o diálogo entre Pais, Direção, Professores de sala de aula, Alunos demais segmentos?

6 – Descreva ações/ atividades que demonstrem a contribuição do PPP na organização e gestão da Escola.

APÊNDICE 6 QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (ALUNO)



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

Título da pesquisa: Compreensões acerca do Projeto Político-Pedagógico: contribuições para a Gestão em uma Escola Municipal de Barra Funda (RS)

Prezado (a) colaborador (a), este questionário apresenta 6 questões abertas que poderão ser respondidas sem limite de linhas. Este documento é anônimo, portanto, não tem necessidade de identificação.

Desde já agradeço a sua disponibilidade em participar desta pesquisa.

Márcia Castoldi Bosa

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA - ALUNO

Ano/série: _____

Questões:

- 1 – O que você entende por Projeto Político-Pedagógico?
- 2 – Como você participou do processo de elaboração do PPP?
- 3 – Qual a sua opinião sobre a participação de pais e alunos na Escola? Como podem ser mais atuantes?
- 4 – O que você entende por Gestão? Quem são os responsáveis pela gestão da Escola?
- 5 – De que forma a Escola oportuniza o diálogo ente Pais, Direção, Professores de sala de aula, Alunos demais segmentos?
- 6 – Descreva ações/ atividades que demonstrem a contribuição do PPP na organização e gestão da Escola.